

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E HUMANAS – CFH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
BACHARELADO E LICENCIATURA EM HISTÓRIA



ROQUE LEMOS JUNIOR

SOCIEDADE OPERÁRIA VISTA PELOS PERIÓDICOS:
AS CRÍTICAS DOS PERIÓDICOS ANARQUISTAS ÀS HABITAÇÕES OPERÁRIAS EM
1917

FLORIANÓPOLIS – SC
2019

**SOCIEDADE OPERÁRIA VISTA PELOS PERIÓDICOS:
AS CRÍTICAS DOS PERIÓDICOS ANARQUISTAS ÀS HABITAÇÕES OPERÁRIAS EM
1917**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel/Licenciado em História. Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte.

FLORIANÓPOLIS – SC

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lemos Jr, Roque
SOCIEDADE OPERÁRIA VISTA PELOS PERIÓDICOS : AS CRÍTICAS
DOS PERIÓDICOS ANARQUISTAS ÀS HABITAÇÕES OPERÁRIAS EM 1917 /
Roque Lemos Jr ; orientador, Adriano Luiz Duarte, 2019.
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Operário. 3. Habitação Social. 4. São
Paulo. 5. Jornal A Plebe. I. Luiz Duarte, Adriano. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359.

Atesto que o acadêmico Roque Lemos Junior, matrícula n.º14201656, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "SOCIEDADE OPERÁRIA VISTA PELOS PERIÓDICOS: As críticas dos periódicos anarquistas as habitações operárias em 1917", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 18 de outubro de 2019.

Orientador



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às catorze horas, no Laboratório de Política, Sociedade e Cultura no Mundo Contemporâneo, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (Orientador(a) e Presidente); Prof. Ms Fabiano Garcia (Titular); Prof.a Ms. Crystiane Peres (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº /HST/CFH/2019, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do(a) Acadêmico(a) **Roque Lemos Junior**, intitulado: **“Sociedade operária vista pelos periódicos: As críticas dos periódicos anarquistas às habitações operárias em 1917”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o(a) Acadêmico(a) expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr .Adriano Luiz Duarte:, nota 9,0, Prof. Ms. Fabiano Garcia, nota 9,0, Prof.a Ms. Crystiane Peres, nota 9,0, sendo o(a) acadêmico(a) aprovado(a) com a nota final 9,0. O acadêmico(a) deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 18 de outubro de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo(a) candidato(a).

Florianópolis, 11 outubro de 2019

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte

(Orientador(a)):

Prof. Ms Fabiano Garcia (Titular):

Prof.a Ms Crystiane Peres: (Suplente):

Roque Lemos Junior (Candidato(a)):

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores que construíram e continuam construindo o Brasil e a sua história

Agradecimento

Primeiramente, agradeço ao povo brasileiro pelos impostos pagos que me possibilitaram a ter uma formação gratuita e de qualidade, apesar da tentativa do governo de tornar a educação um privilégio dos ricos novamente.

Quero agradecer à minha família: minha irmã Andreia Lemos que desde o começo da graduação me ajudou e apoiou de diversas formas. A Cecília Besen que sempre me apoiou e incentivou, mesmo nos dias em que o cansaço era grande. Meu padrinho Bonifácio que me ensinou a ser sempre humilde e nunca esquecer as nossas raízes e por isso, sempre foi uma influência na minha vida.

Meu orientador Adriano, por toda a sua sabedoria, conhecimento e orientação. Por aceitar esse desafio, por entender a minha ansiedade e perdoar a minha falta de experiência. Por disponibilizar tudo aquilo que ele tinha para que esse trabalho fosse o melhor possível. Minha gratidão.

Aos meus colegas de graduação, que nesses cinco anos de UFSC, me ajudaram a moldar quem eu sou hoje. Ao Samuel Rocha Thielen que sempre me ajudou com conversas sobre o mundo e é um grande amigo de décadas. À Daniela Marangoni Costa, que nos últimos anos de graduação me ajudou com as angústias de uma vida de graduando. À Macxyne e Taina Munerolli que estão comigo desde o começo desta caminhada o, até mesmo antes da aprovação no vestibular.

Ao curso pré-vestibular comunitário Integrar, sem ele eu não teria alcançado a aprovação do vestibular e aos seus professores, por terem me incentivado e até influenciado a escolher o curso de História.

À Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC): Em especial a Pedagoga Dalânea Cristina Flôr, minha supervisora, que me mostrou como ser um bom educador, como ser gentil, e me mostrou que a UFSC é um lugar de todos. Mas também agradeço ao todo grupo de servidores do CFISC que me ajudaram e me ensinaram muito.

Aos servidores do departamento do curso de História, aos meus mestres da graduação que, com seus conhecimentos e dedicação me transformaram e me inspiraram a ser cada dia melhor para mim mesmo e para meu país, e que tornaram tudo isso possível. Meu muito obrigado.

“Nenhuma revolução social pode triunfar se não for precedida de uma revolução nas mentes e corações do povo.” Piotr Kropotkin.

Resumo

Este trabalho pretende desenvolver uma reflexão acerca do contexto histórico das habitações operárias na Primeira República, dando enfoque às críticas realizadas pelo periódico *A Plebe* sobre essas habitações em 1917. As habitações da classe trabalhadora como testemunho da mudança nas relações de poder e luta de classe, além da percepção da figura do operário como um agente importante para a construção da cidade de São Paulo. Através da pesquisa histórica sobre o mundo operário, este trabalho também discorre sobre a luta da classe trabalhadora em busca de uma melhoria de qualidade de vida, onde esta parcela da sociedade demonstra sua força e defende os avanços na sua posição política e social.

As vilas se apresentam como uma ferramenta e objeto que nos possibilitam compreender todo o mundo operário, um mundo além das fábricas, sendo essas habitações um fenômeno arquitetônico, social, econômico e principalmente, político. Meu objetivo é proporcionar a compreensão dos fatos que nos indicam a transformação na relação entre operários e a sociedade.

Palavras chave: Movimento operário, Habitação Social, São Paulo, A Plebe.

Abstract

This paper intends to develop a reflection on the historical context of working-class housing in the First Republic, focusing on the criticisms made by the journal *A Plebe* on these housing in 1917. Working-class housing as a testimony to the change in power relations and class struggle, besides the perception of the worker figure as an important agent for the construction of the city of São Paulo. Through historical research on the working world, this paper also discusses the struggle of the working class in search of an improvement of quality of life, where this part of society demonstrates its strength and defends the advances in its political and social position.

Villages present themselves as a tool and object that enable us to understand the entire working world, a world beyond the factories, and these dwellings are an architectural, social, economic and especially political phenomenon. My goal is to provide an understanding of the facts that indicate the transformation in the relationship between workers and society.

Key words: Labour movement, Social habitation, São Paulo, A Plebe.

Lista de figuras

Figura 1 – Trabalhadores do Cotonifício Crespi, em frente à fábrica.....	19
Figura 2 – Atual da Face leste do prédio do Cotonifício Rodolfo Crespi.....	20
Figura 3 – Cabeçalho do periódico A Plebe.....	22
Figura 4 – Decreto Lei nº 315.....	27
Figura 5 – Vila Suíça.....	29
Figura 6 – Vista aérea da Vila Maria Zélia.....	31
Figura 7 – Vila Marquesa de Itu ou Vila Inglesa.....	31
Figura 8 – Rascunho de uma planta baixa de um modelo de vila operária.....	42
Figura 9 – Imagem da Vila Boyes, retirada do livro de Nabil Bonduki.....	54
Figura 10 – Fotografia da Vila Boyes em 2019.....	54
Figura 11 – Fotografia frontal da Vila Boyes em 2019.....	55
Figura 12 – Fotografia da Vila Boyes em 2019.....	55

Lista de tabelas

Tabela 1 – São Paulo – indicadores de preços e salários.....	35
Tabela 2 – Gastos mensais dos operários.....	45

Índice

1.Introdução.....	12
2. Contexto da vida operária em São Paulo na Primeira República.....	16
2.1. A vida operária em São Paulo.....	16
2.2. O periódico A Plebe.....	22
2.3. A construção das vilas operárias em São Paulo.....	26
3. Qual a crítica dos periódicos sobre as habitações operárias.....	32
3.1. Quais são essas denúncias?.....	32
3.2. Que soluções para esses problemas?.....	39
4. Considerações Finais.....	50
5. Fontes.....	51
6. Bibliografia.....	52
7. Anexo.....	53

1. Introdução

Este trabalho pretende desenvolver uma reflexão acerca do contexto histórico do cotidiano do operariado na Primeira República, dando enfoque à questão habitacional e a sua relação com a sociedade. Tendo como recorte temporal o ano de 1917, ano no qual ocorreu a Greve Geral dos operários, que entre várias pautas, tratou a péssima condição de vida desses trabalhadores.

A investigação sobre esse tema surgiu da observação dos conteúdos trabalhados durante a graduação e durante uma pesquisa bibliográfica, onde se verificou uma escassa historiografia sobre o tema abordado. Sendo assim, este trabalho também consiste em contribuir com o conhecimento e análise das condições dos operários fora de seus locais de trabalhos, ou da atmosfera industrial. Em um nítido recorte de tempo e espaço, tendo como principal aspecto a serem analisadas as habitações operárias, bem como analisar a vida dos trabalhadores e como a questão habitacional na primeira República era problematizada pelos periódicos.

A discussão dos setores dominantes em relação ao viver operário sempre se modificou desde o início do crescimento industrial urbano. Esse fato nos faz crer que a vida social operária não foi algo linear e sim algo complexa e que ia se moldando conforme principalmente o contexto político pelo qual ele passava.

A historiografia tem se preocupado com as condições mais gerais e práticas da existência da classe operária como, por exemplo, Eric Hobsbawm a nível global com seu livro “Os trabalhadores” (1981); Claudio H. Moraes Batalha¹, com sua obra “O Movimento operário na Primeira República” (2000), o livro da historiadora Maria Auxiliadora Guzzo Decca “A vida fora das fábricas: Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934” (1987) e Boris Koval em “História do proletariado brasileiro” (1982) a nível nacional. São obras que contribuem com estudos sobre a vida operária no Brasil, na qual esses autores quase sempre estão analisando a vidas dessas pessoas nas fábricas, geralmente esquecendo que esta classe além de trabalhadora, é também parte da sociedade, não apenas sendo uma parte do maquinário industrial, mas também parte da sociedade de consumo, que tinha, sim, suas horas de lazer, consumo e descanso, como todas as outras camadas da sociedade.

Logo esse trabalho tem como responsabilidade e relevância social, mostrar o cotidiano

¹ Em artigo publicado em 2006, “Os desafios atuais da história do trabalho”, Claudio Batalha faz um diagnóstico, onde ele indica que os estudos da história do trabalho não podem mais se reduzir ao universo fabril. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6398/3840>. Acesso em 14/10/2019.

social da classe trabalhadora, desconstruindo a imagem de que o operário na República tinha apenas a utilidade de trabalhar nas fábricas, algo bem errado considerando que apesar de terem salários baixos, eles ainda movimentavam a economia, tinha uma demanda por consumo, e que por suas lutas em busca de direitos acabaram moldando tanto a cidade de São Paulo como também a sociedade brasileira. Ou seja, a intenção desse trabalho é trazer contribuições, proporcionando respostas e descobertas sobre a temática proposta, ou até mesmo problematizar algumas questões teóricas a respeito do cotidiano operário.

O cotidiano da sociedade operária foi quase sempre exposto como sendo algo exclusivo do mundo das fábricas, como se o trabalhador não tivesse uma vida fora dessa atmosfera industrial, e essa falta de sensibilidade se deve à visão que o governo e a elite tinham sobre os trabalhadores. Algumas medidas políticas acabaram por moldar e concretizar a vida e o social dos trabalhadores operários, como é analisado por Maria Auxiliadora Guzzo Decca em 1987:

“o cotidiano operário, em alguns de seus aspectos, foi visto, pensado, e como foram elaboradas soluções para os problemas operários. A maneira de como o operário e/ou pobre foram vistos na sociedade capitalista foi responsável, de certa forma, pela maneira com que os tratados pelos tipos de legislação, modos de administração e formas de políticas públicas e privadas que tão concretamente afetaram sua vida e condição” (DECCA, 1987, p. 50).

Toda essa tentativa de moldar a vida cultural social dos trabalhadores, apenas foi mais uma força para que os trabalhadores se organizassem e criassem uma identidade cultural muito forte e estruturada. A busca por uma melhor qualidade de vida, uma forma de resistência dos operários que buscavam seu espaço perante a sociedade paulistana no início da República. Esse fato fez com que surgisse um gigante e interessante mundo de manifestações culturais e até mesmo alguns eventos associativos, ou seja, além de cultura popular autônoma, também existia uma busca por uma vivência mais digna e justa, assim melhorando a sua qualidade de vida. Como pode ser observado na análise do historiador Cláudio Batalha,

“Um extraordinário universo de manifestações culturais e associativas revelou-se durante a primeira república (...). Em ambos os casos, o público era fundamentalmente o mesmo: as classes trabalhadoras.” (BATALHA, 2000, p. 63).

Esse novo mundo surgiu das raízes trabalhistas, dos sindicatos e associações de ajuda mútua, alguns até mesmo da Igreja. Mas, para que pudesse existir uma possibilidade de luta e conquistas, os operários contaram com ajuda de ideias libertárias e de periódicos independentes, para que assim essa parcela da sociedade conseguisse ter algum tipo de lazer,

cultura e um descanso das fábricas.

Esses fatos durante o levantamento bibliográfico nos mostram que a classe trabalhadora sempre esteve em luta e em busca de melhorias de qualidade de vida. Nessa pesquisa o pano de fundo é o aspecto social cultural, sempre buscando entender o cotidiano do operário fora das fábricas e a sua relação com a sociedade e espaços sociais, além de analisar as políticas públicas em relação aos trabalhadores. Lembrando que o objeto de pesquisa é as habitações operárias e como elas eram vistas pelos periódicos, com o enfoque na greve geral de 1917, sendo esse considerado um dos mais importantes momentos da história dos trabalhadores.

Para que possamos continuar com a introdução desta pesquisa e trabalho acadêmico, é necessário e importante conceituar a habitação ou vilas operárias, como faz a autora Eva Blay (1985) quando define a vila da seguinte forma:

“A diferença essencial que distingue as vilas operárias reside no fato de que elas são propriedade das próprias indústrias empregadoras e se destinam basicamente ao uso da força de trabalho ligada à empresa. Originalmente estas vilas são construídas pelas próprias indústrias ou são compradas já prontas.” (BLAY, 1985, p. 11).

As vilas se apresentam como uma ferramenta e objeto que nos possibilita compreender todo o mundo operário, um mundo além das fábricas, sendo essas habitações um fenômeno arquitetônico, social, econômico e principalmente político.

O objetivo desse trabalho de conclusão de curso é proporcionar a compreensão dos fatos que nos indicam a transformação na relação entre operários e a sociedade e utilização da habitação operária na luta por melhorias de vida².

O objetivo geral é problematizar as críticas que os periódicos anarquistas faziam contra as moradias operárias no estado de São Paulo, durante o final do século XIX e nos anos iniciais do século XX e como essa sociedade reagia em relação ao mundo ao seu redor. Assim, durante essa pesquisa tentaremos analisar e investigar o posicionamento político e social dos periódicos independentes do estado de São Paulo, em relação à moradia dos trabalhadores; quais as críticas feitas por esses periódicos e quais as soluções propostas para esse problema. O objeto de pesquisa é o periódico “A Plebe”, o que não inviabiliza

² Para realizar a coleta de dados irei analisar através de leitura e busca nos periódicos já citados as notícias ou falas referentes ao cotidiano social dos trabalhadores e também sobre as suas habitações. Primeiramente irei realizar a fazer fichamentos desses periódicos e com as informações obtidas dessa leitura, tentarei constituir uma linha temporal sobre a história das habitações operárias e a busca por uma solução das críticas feitas pelos periódicos. Logicamente essa “nova” história e linha temporal, estará acompanhando a linha temporal histórica vigente, utilizando a obra de Cláudio Batalha “O movimento operário na Primeira República” (BATALHA, 2000) como obra base e guia dessa construção, por considerar este um estudo de grande importância para que se possa entender o movimento operário

esporadicamente o uso de outros periódicos. Tendo como base para uma conversa teórica a obra da historiadora Maria Auxiliadora Guzzo Decca “A vida fora das fábricas: Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934” (1987).

Também ao longo deste trabalho vamos analisar a sociedade operária e suas características no fim do século XIX e o início do século XX, buscando entender a vida social dos trabalhadores e a relação destes com a sociedade, expondo que essa parcela da população, sobressai a imagem de que os operários apenas existem para as fábricas e que essas pessoas tinham uma vida fora dos territórios fabris.

No primeiro capítulo deste trabalho, nomeado “A vida operária em São Paulo”, vamos abordar principalmente a vida dos trabalhadores na primeira República, quais eram as suas demandas, pelo o que lutavam e como eram tratados pelo estado e sociedade como um todo. Abordando principalmente como foram construídas as vilas operárias e com que intuito elas foram fabricadas, também vamos tentar analisar a relação do poder público com os construtores e de que forma essa relação transcorria. Nesse contexto vamos usar como base o livro de Eva Blay, onde podemos entender melhor o sentido da moradia popular, buscando compreender a relação da casa com o operariado. Vamos tratar da vida precária dos operários, realizando uma rápida síntese de como era a condição dos trabalhadores dentro e fora das fábricas, falando sobre as greves, sobre a precariedade que existia dentro do ambiente fabril e principalmente as questões trabalhistas como, por exemplo, a carga horária ou até mesmo o trabalho infantil que existia e era muito grande naquela época.

No segundo e último capítulo, “Qual a crítica dos periódicos sobre as habitações operárias”, vamos discorrer sobre as vilas operárias e o que diferem elas das demais habitações em São Paulo na primeira República. Essa será uma pesquisa documental descritiva, com consulta aos periódicos da primeira República: “*A Plebe*”, além de algum outro possível periódico da grande mídia que possa vir a acrescentar algo à minha pesquisa. Sendo esses periódicos sindicais ou de algum coletivo a favor da causa trabalhista, creio que esses documentos podem transmitir as reais condições das habitações operárias, sempre trabalhando o conceito “vila³”, como sendo a definição dado por Eva Blay, em sua pesquisa “Eu não tenho onde morar” (1985).

O periódico consultado e analisado, por sua vez, encontra-se com facilidade em bancos de dados nacionais ou em alguns coletivos anarquistas disponíveis na internet, sendo todos de fácil acesso. Esses periódicos terão o recorte temporal de 1917, sendo esse o período

³ A diferença que distingue as vilas operárias reside no fato de que elas são propriedade das próprias indústrias empregadoras e se destinam basicamente ao uso da força de trabalho ligada à empresa. (Blay, 1985, p. 11)

de maior agitação da classe trabalhadora, inclusive tendo um dos seus maiores fatos, a Greve Geral de 1917, onde pode ser considerado a acontecimento mais importante da classe trabalhadora no Brasil. Sendo assim, creio que periódicos dessa época devem ter maior informação sobre as habitações desses trabalhadores e assim devemos encontrar críticas em relação a essas habitações.

2. Contexto da vida operária em São Paulo na Primeira República

2.1. A vida operária em São Paulo

Entre 1889-1930, São Paulo comportou um grande crescimento populacional. O que se deve a expansão da indústria cafeeira e o crescimento urbano dela proveniente, o que também deixou como legado a segregação social neste novo espaço. Acabando assim por dividir a cidade entre a elite que ocupava localidades com uma valorização alta e a classe operária ocupava as regiões mais baratas, pertos das fábricas e onde se construíam suas residências.

Devido a essa segregação a cidade de São Paulo apresenta paisagens bem contrapostas, onde os ricos moravam em bairros com ruas limpas e arborizadas, já os trabalhadores moravam nas várzeas.

Muitos pesquisadores tentaram compreender a vida dos operários no início do século XX, e nos mostram com muita nitidez a situação beirando a miséria desses trabalhadores, porém poucos se preocupam em investigar as condições deles fora de suas fábricas, como por exemplo, as suas habitações.

O período da história brasileira conhecido como Primeira República (1889/1930) trouxe, uma sensação de esperança para a sociedade, principalmente aqueles que buscavam obter uma regulamentação trabalhista e garantia de direitos políticos e sociais através da organização de uma classe, a trabalhadora. Até mesmo lutaram pela aprovação da lei 1.313 de 1891⁴ que visava regulamentar o trabalho infantil nas fábricas, porém esta lei ficou apenas no papel, por falta de vontade política e de uma organização fiscalizadora, que contribuiu para desânimo geral entre os trabalhadores arbitrariedades que ocorreram, como por exemplo, expulsão de operários estrangeiros acusados de anarquismo.

Ou seja, a República não foi uma revolução social e muito menos uma libertação do

⁴ Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891. Regulamentar o trabalho dos menores empregados nas fabricas da Capital Federal. Disponível em: <https://bit.ly/2IdCPRI>. Acesso em 27/03/2019.

proletariado, e como era a esperança da classe trabalhadora que se envolveu no movimento republicano, restando apenas como uma saída a adesão a grupos que visavam o retorno do qual a República supostamente deveria ter sido, ou a busca por novas ideias políticas, como o socialismo, comunismo e o anarquismo. Esse fato fez com que eclodissem os movimentos de reivindicação, como nos mostra o historiador Cláudio Batalha:

“Os primeiros anos do século XX reuniram algumas condições favoráveis à eclosão de movimentos reivindicativos dos trabalhadores: por um lado, uma conjuntura econômica propicia a obtenção de ganhos, com uma fase de expansão da economia iniciada em 1903, por outro lado, a proliferação de organizações operárias voltadas para a resistência, isto é, para a luta sindical.” (BATALHA, 2000, p. 39).

Mas devemos nos atentar e mencionar que nem todas as organizações sindicais surgiram, como consequência de movimentos grevistas. Algumas irromperam antes das greves e algumas após, mas todas apareceram com a mobilização das categorias que as criaram. Surgindo assim um aumento de números de greves nos primeiros anos do século em relação ao período anterior.

Se nos primeiros anos as greves geralmente eram limitadas a uma única fábrica, logo após com o envolvimento de categorias por inteiro e por diversas categorias, começaram a ter uma maior expressão, como por exemplo, a Greve Geral de 1917.

A greve geral de 1917 foi iniciada na fábrica Cotonifício Crespi no bairro da Mooca, em São Paulo, área que possuía grande número de fábricas e trabalhadores, no dia 08 de junho de 1917. No Cotonifício Crespi os operários iniciaram o movimento reivindicando um aumento de salário de até 20% e a diminuição da carga horária, que era imposta pela fábrica para atender ao aumento da demanda de produção e também por conta da desestabilização da economia mundial causado pela guerra.⁵

A greve iniciada em São Paulo atingiu diversas outras cidades do país, milhares de trabalhadores e familiares invadiram as ruas para protestar contra a exploração e fazer as suas reivindicações quase diariamente, onde também ocorreram diversas intervenções por parte dos trabalhadores. Estes atos estavam sendo organizados pelos próprios trabalhadores e lideranças sindicais, anarquistas e libertários, infelizes com a condição que a classe passava.

O auge da movimentação foi o enterro do operário José Gimenez Martinez⁶. Dezenas de milhares de pessoas acompanharam o cortejo fúnebre, que seguiu por vários pontos da cidade e terminou no cemitério do Araçá. Durante esse percurso aconteceram diversos

⁵ A Plebe e outros periódicos libertários deste ano deixam isso bem claro em suas páginas.

⁶ Um jovem anarquista espanhol, que foi atingido por disparos realizado pela polícia para reprimir a greve que estava acontecendo.

comícios.

“Nesse momento, os grevistas eram cerca de 15.500, considerando que um terço deles havia conseguido algum sucesso, mas continuavam em greve por solidariedade. A maioria dos grevistas trabalhava em seis grandes estabelecimentos concentrados na Mooca: Crespi, Antártica, Mariângela, Stamperia Matarazzo, Lanificio De Camillis, Tecidos de Juta (de Jorge Street) e em 24 oficinas de fabricação de móveis. No dia do enterro de Martinez, 11 de julho, houve a paralização geral da cidade por ocasião do cortejo fúnebre do Brás ao Araçá, seguido pelo comício na praça da Sé.” (TOLEDO, Edilene; BIONDI, Luigi. P. 57, 2018)

Em meio aos conflitos com a polícia e entre os comícios foi surgindo a ação do Comitê de Defesa Proletária, órgão responsável pela negociação com os patrões, junto de um grupo de jornalistas. Vários empresários assinaram um acordo que reconhecia o direito dos trabalhadores de se reunir, concedia um aumento de 20% e garantia a não punição dos grevistas e liberação dos presos durante os protestos.

No início da primeira República, principalmente em momentos de crises, o trabalho se tornava escasso em São Paulo. Logo conquistar um emprego, principalmente se fosse a uma fábrica significava o fim do medo da fome, porém com essa conquista vinha uma tragédia, isso graças às péssimas condições de trabalhos. Dentro das fábricas existiam longas horas de trabalho (em média 14 a 17 horas por dia), como nos mostra Decca (1991):

“Registraram-se casos em que o trabalhador operário diário era de 15 horas (por exemplo, na fábrica têxtil Santa Rosália, na periferia de Sorocaba) e até mesmo 17 horas (por exemplo, na fábrica Mariângela dos Matarazzo, onde operários trabalhavam sem interrupção das 5 às 22 horas, em 1907)” (DECCA, 1991, p. 13).

Os castigos também eram frequentes por qualquer ato que o patrão ou o supervisor considerasse indisciplinar, mostrando assim que o ambiente dentro de uma fábrica hostil aos trabalhadores.

A cadência da produção era determinada pelo maquinário e qualquer erro poderia acabar causando um problema com consequência irreversível, como amputação de membros e em alguns casos até morte do operário. Muitos desses trabalhadores não passavam de crianças, que para ajudar na renda familiar, desde cedo eram introduzidos na vida fabril, sofrendo o mesmo péssimo tratamento que os adultos (homens e mulheres). Porém a maior privação que os menores sofriam era a perda da infância, ou uma parte dessa etapa da vida, pois mesmo com toda a supervisão, ainda existiam algumas brincadeiras, que podemos até considerar como uma forma de resistência, já que acabavam por transformar máquinas em

brincadeiras, pelos menos até o contramestre aparecer e acabar com a pouca diversão.

Outro grupo comum que se encontrava nas fábricas eram as mulheres, que assim como as crianças não passavam de uma forma de baratear os custos do empresário. Assim como as crianças, as mulheres também tinham que suportar uma vida dura e difícil, muitas sofriam assédios frequentes dentro das fábricas, algo muito bem exposto no filme “As Sufragistas” (2015). Muitas dessas mulheres se sujeitavam a esses assédios por terem medo do desemprego.

Figura 1 – Trabalhadores do Cotonifício Crespi, em frente a fábrica.



Trabalhadores no Cotonifício Crespi, na Mooca, São Paulo, em 1917.
Arquivo Edgar Leuenroth - UNICAMP

A foto acima nos mostra um grupo de trabalhadores paralisados devido a uma greve, em frente a uma fábrica. Com essa foto podemos analisar que, por mais que a classe operária fosse constituída por homens, mulheres e crianças, todos tinham uma vida difícil e sem privilégios, mas precisavam desses empregos para poder ajudar na renda familiar e assim conseguir continuar “vivendo”.

Já as fábricas/indústrias foram construídas com uma arquitetura para condicionar os operários à uma situação de submissão. Com uma arquitetura grande e imponente as fábricas faziam com que os operários se sentissem pequenos e oprimidos. Algumas existem até hoje e ainda são admiradas pelo seu tamanho, o que acaba passando uma imagem de que a empresa era grande e importante, porém esconde o fato de que também eram “prisões” de trabalho, como por exemplo, o antigo Cotonifício Crespi, onde hoje é usado como um hipermercado.

Figura 2 – Atual da Face leste do prédio do Cotonifício Rodolfo Crespi.



Face leste do prédio do Cotonifício Rodolfo Crespi, em São Paulo (SP).
Foto: Enrico Liberatori

Já fora das fábricas, nas vilas operárias as condições não eram muito boas. Quase todas eram uma extensão das péssimas condições que se encontrava nas fábricas e, com o baixo salário que recebiam, não possibilitava uma melhoria nas condições razoáveis para se viver em São Paulo.

Esses operários se concentravam em bairros que não haviam infraestrutura urbana, ou quando haviam, ainda eram precárias. As ruas não tinham calçamento, ocorriam muitas enchentes, não havia esgotos e faltavam iluminação na maioria das casas pobres da vizinhança. Nessas condições precárias era comum a infestação de doenças que atingiram vários trabalhadores, devido à falta de higiene e à uma alimentação não adequada.

Os poucos empresários que construíram vilas para que os operários pudessem morar, mantinham um rígido controle em troca de benefícios, como por exemplo, morar próximo a fábricas. Assim como as vilas operárias, as moradias também eram precárias, as dimensões eram menores do que eram as casas da elite, sempre abrigando um número muito maior do que o limite suportável. Em algumas ocasiões os operários não recebiam seus salários, mas sim um vale para serem trocados pelas mercadorias nos armazéns da própria vila, onde os preços eram mais caros que os armazéns fora das vilas.

“As despesas dos trabalhadores urbanos em São Paulo e Rio de Janeiro correspondiam à metade ou mais de seus salários ou orçamentos familiares. Tomemos São Paulo, maior centro industrial do Brasil, como exemplo” (DECCA, 191, p. 53).

Também além do armazém, nas vilas existiam escolas, algumas separadas por gênero, como na Vila Maria Zélia, creches e até mesmo capelas, onde tentava se passar uma ideologia dominante.

Devido às longas jornadas de trabalho e péssima alimentação, as doenças se propagavam muito rápido. A tuberculose faz milhares de vítimas em 1903 e 1920, sendo aproximadamente 70 mil vítimas fatais, como ressalta a historiadora Maria Auxiliadora Decca (1991). A disseminação de doenças tinha um “aliado”, a falta de instrução entre os trabalhadores, o que dificultava a prevenção das doenças e a higienização dos ambientes. Existia uma instrução inicial, que passou a ser disponibilizada para os filhos dos operários, mas somente a partir de 1910.

Outra dificuldade que passava a classe operária era a falta de assistência básica de saúde. Segundo Decca (1991), os operários buscavam auxílio nas associações operárias ou associação de ajuda mútua, já que não existia uma previdência social por partes do poder governamental. Toda essa exploração, a miséria, propagação de doenças e falta de políticas públicas para a melhoria de condições de vida, fez que com surgisse a organização do Movimento Operário Brasileiro.

Nas primeiras décadas do século XX as greves, protestos e comícios se tornaram recorrentes. No século XIX ocorreram algumas greves como uma forma de resistência coletiva, contra a situação precária que viviam os trabalhadores urbanos.

Citado por Decca (1919), no dia 25 de maio de 1907, o periódico “A terra Livre” realizava uma grande chamada para que os trabalhadores se unissem para exigir a diminuição da carga horária, aumento da hora de descanso, além de alertar sobre a repressão que sofriam por parte de seus patrões e da polícia que sempre esteve do lado dos empresários. Outra grande ajuda que os empresários contavam foi a Lei Adolfo Gordo⁷, com essa lei o movimento operário diminuiu, mas não acabou, sempre se reerguendo quando acontecia alguma greve pelo país.

Entre as várias greves e manifestações durante a primeira República, os trabalhadores se organizaram em sindicatos ou associações, para que juntos pudessem se tornar mais fortes e assim conseguir transformar a sociedade exploratória em que viviam.

Com as manifestações avulsas e a paralisação nas negociações com os patrões e donos de fábricas, elevação do custo de vida e a falta de leis trabalhistas acabaram por resultar na grande Greve Geral de 1917, quando os trabalhadores decidiram parar e assim pararam

⁷ A Lei Adolfo Gordo foi uma lei de repressão aos movimentos operários de São Paulo no início do século XX. Foi proposta pelo senador paulista Adolfo Gordo e aprovada no ano de 1907.

também a cidade de São Paulo. Esta greve representou um marco no movimento operário brasileiro e também na sociedade brasileira.

Nos anos seguintes, a pressão realizada pelo movimento operário conseguiu as primeiras conquistas como, por exemplo, a diminuição da jornada de trabalho das mulheres e infantil e o amparo aos acidentados com a Lei de Acidentes do trabalho⁸. Anos depois veio a proibição o trabalho para menores de 12 anos. Nas primeiras décadas do século XX, ideias anarquistas e anarcosindicalistas⁹, deram fundamento as lutas operárias por uma melhoria de vida e condições melhores de trabalho.

2.2. O periódico A Plebe

Figura 3 – Cabeçalho do periódico A Plebe.



O operariado geralmente é ligado ao anarquismo italiano, essa associação é devido a importância que as ideias anarquistas representaram no período da primeira República. Logo, para que seja possível um melhor entendimento sobre a história do movimento dos trabalhadores e sua complexidade, não podemos negligenciar a influências dos anarquistas através de greves e manifestações. Embora alguns anarquistas tivessem algumas críticas em relação ao sindicalismo, outros usaram o sindicalismo como caminho para a formação política libertária dos operários e adentravam nestes sindicatos como uma tática para espalhar as suas ideias, utilizando os periódicos como ferramenta.

Os periódicos libertários apoiaram e ajudaram a articular as greves em São Paulo, com isso os militantes se uniam tendo como força motriz a propaganda política para as massas e incentivaram ações diretas. A educação também passar a entrar na pauta entre esses editores,

⁸ Lei de Acidentes de Trabalho - Lei nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho.

⁹ Nesse caso usaremos as definições de Anarquismo e Anarco-sindicalismo definidos pela historiadora Maria Auxiliadora Guzzo Decca (Decca, 1991, p. 87).

onde o objetivo era uma sociedade livre da igreja, do capitalismo e do estado, visando uma sociedade auto suficiente e igualitária.

Na cidade de São Paulo, uma forte organização dos operários, com influências dos periódicos libertários paulistanos, e algumas greves por melhores de vida, resultaram na Greve geral de 1917, o que nos mostra que existia uma articulação no início do século XX, como podemos observar na obra de Christina Lopreato “O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917”. Ela afirma que a greve geral de 1917 teve uma “presença de uma estratégia política em ação desde o início do século e fortemente enraizada no interior do nascente movimento operário” (LOPREATO, 2000).

Os militantes anarquistas participavam ativamente, realizando denúncias de exploração de mão de obra imigrante nas fábricas e incentivando a mobilização. A organização operária começa a se solidificar em 1900, surgindo assim as primeiras greves e manifestações, nesse período começa também a surgir diversos periódicos libertários, que começam a circular por São Paulo, como *A Lanterna* (anos depois teria seu nome modificado para *A Plebe*), *La Battaglia*, *Germinal*, *O Grito do Povo*, *A terra Livre*, *Azione Anarchica* e muitos outros.

As constantes perseguições a militantes, principalmente em períodos de greves, mostravam a influência desses periódicos e revelam o medo das classes mais altas. Outro fato que evidencia essa influência é a grande circulação desses periódicos entre a classe trabalhadora. *A plebe*, por exemplo, em 15 de abril de 1919, o jornal registrava uma tiragem de 9.500 exemplares.

Em 1917 o movimento operário ressurgiu com uma nova força, uma sequência de greves parciais por aumentos começaram a se espalhar por toda a cidade de São Paulo, isso somado à uma grande ajuda, a propaganda de periódicos operários. Considerando isso, fica óbvia a necessidade da criação de um periódico que suprisse as prioridades reais. Por isso, em junho de 1917, o jornalista e anarquista Edgard Leuenroth, publica o primeiro número de *A Plebe*, em substituição do periódico *A Lanterna*.

Nessa primeira edição fica nítido o intuito do periódico, enxergando as greves como fruto de anos de propagandas e um ponto de organização entre os operários, como podemos observar no texto “Vida libertária”:

“Vai dando os seus resultados benéficos o trabalho de metodização do movimento libertário que há algum tempo se vem executando em São Paulo, no interior e em outros pontos do Brasil. Com grande satisfação constatamos isso, pois é uma obra cuja necessidade há muitos anos se fazia sentir. A nossa propaganda vai, talvez, para mais de duas décadas que aqui se faz, com alguma intermitência, seguida, de quando

em quando, de agitações populares ou de movimentos obreiros; até agora, porém, não se havia tentado dar corpo a esse movimento, coordenando os esforços, organizando os elementos dispersos aqui e ali, privados dos bons resultados consequentes da ação conjunta. Esse é o trabalho que agora se está tratando de levar a cabo, já se tendo a prova de que, com esforço e perseverança, bastante se poderá conseguir nesse sentido [...] E o que mais constitui motivo de animação é o apoio que vai recebendo, embora lentamente, como é natural, devido às causas acima expostas, a Aliança Anarchista, constituída, não há muito tempo, em São Paulo, com o fim de servir de traço de união entre as nossas diversas agrupações e os camaradas dispersos por ali além. São bons sintomas de um necessário e urgente despertar. Entretanto, muito mais se poderá conseguir, se todos os libertários que são bastante numerosos, se dispuserem a fazer algo, e desenvolver um pouco mais de atividade.” (Leuenroth. “Vida libertária”. A Plebe. N.1. P.2. 9 de junho de 1917).

A partir do seu primeiro número, *A Plebe* assumiu a articulação principal das greves e acontecimentos. O próprio jornal surgiu da agitação do ano 1917, momento esse que buscava algo que pudesse definir a situação.

O periódico teve sua primeira sua primeira edição em 09 de junho de 1917 e foi oficialmente encerrado em 1949, teve uma vida bem atribulada, onde apresentava uma crise financeira, pois era produto de voluntários e também era constantemente perseguido pela polícia. Devido a esses fatores, sua periodicidade muitas vezes era interrompida, por um curto espaço de tempo.

Seu principal editor foi Edgard Leuenroth que contava com ajuda de colaboradores frequentes, que já tinham um histórico com periódicos e também faziam parte da militância, como por exemplo, Benjamin Motta, Astrogildo Pereira, João Penteado. No início, o jornal se acondiciona com o capital dos próprios redatores, e mais tarde, aderiu a coleta de doações de voluntários. Em outro momento se manteve com recursos próprios, mas para isso dependia dos sindicatos e de garantir assinaturas suficientes.

A Plebe era distribuída aos sábados e apresentava quatro páginas, onde existiam diferentes críticas a diversas áreas da sociedade. As críticas mais comuns eram o anticlericalismo, antimilitarismo, aos periódicos da grande mídia e a vida dos operários. Também existia a ideia de que a mulher era um elemento importante para a revolução, e tinha a sua voz ouvida nos periódicos, como podemos ver na sua edição de número 14, o artigo nomeado “Centro Feminino – Jovens Idealistas”, onde as mulheres mostravam sua força e faziam um apelo para o operariado:

“O Centro Feminino – Jovens Idealistas do qual fazem parte algumas parentas dos operários presos e escolhidos pela polícia, para servirem de vítimas nos quais possa saciar o ódio que contra o povo nutre, só pede aos trabalhadores de São Paulo, por enquanto, uma coisa: que permaneçam unidos e firmes no seu propósito de fazer imperar a Liberdade e a Justiça. E de estarem atentos a primeira voz de alarme.” (Manifesto do Centro Feminino”. A Plebe. N. 14. P, 2. 22 de setembro de 1917).

Porém o principal tema do periódico e que dava o tom ao jornal era o incentivo a ação direta e a cobertura das greves. O apelo à greve e união dos operários era algo recorrente nas edições de *A Plebe*, principalmente no ano de 1917 e até mesmo alguns anos depois. O Corpo editorial do jornal enxergava suas reivindicações como justas e pediam que os operários participassem de seus apelos. Este fato fica evidente no primeiro número do jornal, no artigo “Ação obreira: o operariado de São Paulo parece despertar para a luta”

“A propaganda feita em numerosos comícios e em boletins não deixou de produzir o seu efeito, fazendo com que entre os trabalhadores, sujeitos agora, como nunca, a uma situação verdadeiramente intolerável, devido à ação aladroadada dos patrões, insaciáveis sanguessugas sociais, se comece a sentir a necessidade de agir contra os bandidos que, ao abrigo da lei, vivem a roubar o produto do seu trabalho insano. Alguns movimentos grevistas já se manifestaram ao mesmo tempo que se vai tratando de constituir associações de resistência e de acentuada luta social.” (Leuenroth. “Ação obreira: o operariado de São Paulo parece despertar para a luta”. *A Plebe*. N.1. P.3. 9 de junho de 1917.)

Não podemos deixar de notar que por mais que o periódico tenha uma nítida e grande consistência anarquista, ele visava a união e ação dos trabalhadores, não importando qual era a ideologia política. Por isso em quase todas as suas edições o jornal destinava uma página nomeada “Mundo Operário”, onde nesta página eram compiladas notícias, conselhos e denúncias envolvendo o mundo operário não apenas de São Paulo, mas também de outros estados. Como podemos ver em um convite na terceira edição do jornal:

“Convidamos, portanto a todos os operários e operárias adultos e menores e ao povo em geral a comparecer ao grande comício a realizar-se domingo, 24 do corrente, às 6 horas da tarde no largo São José (Belenzinho) para demonstrar que os operários grevistas não estão sós, que podem contar com o concurso de todas as classes trabalhadoras, de toda a população proletária. Companheiros: Este comício, com a presença de todos, deve ser um verdadeiro expoente da solidariedade operária, de todos os que têm sentimentos de justiça e aspirações de liberdade. Viva a solidariedade operária! Vivam as reivindicações populares! A Comissão Organizadora.” (Leuenroth. “Mundo operário”. *A Plebe*. N.2. P.3. 23 de junho de 1917.)

Outro trecho que deixa claro essa inclusão de todos os operários, não apenas os anarquistas, que seu discurso atinge toda a classe trabalhadora e até mesmo a sociedade pobre em geral. Porém não devemos esquecer a essência anarquista que o periódico possuía. No trecho a seguir, retirado da edição número três, podemos ver essa justificativa e o significado da ideologia anarquista:

“Nascidos aqui ou além, estrangeiros em todas as pátrias, somos inimigos de todos os governos, de todas as classes privilegiadas e amigos de todos os povos, defensores de todas as vítimas. Devido, portanto, a essa mentalidade nova, inteiramente liberta de preconceitos, graças ao caráter essencialmente universal da doutrina professada, os anarquistas, submetendo os próprios sentimentos ao império da razão, refletida e serena, falam da guerra e das causas que a provocaram como das responsabilidades diretas que na mesma tem os governos, sem se deixar arrastar por simpatias ou antipatias, que, dados os preconceitos ambientes e um exame superficial dos acontecimentos, podem parecer legítimas e de cuja sinceridade nem sempre é lícito duvidar. [...] Aconteça o que acontecer, não devemos esmorecer, nem deixar-nos arrastar no vendaval que parece ameaçar a integridade e solidez da nossa construção doutrinária. Se há quem proclame a falência de nosso ideal e de todas as aspirações que o personifiquem, a verdade é que esta guerra traduz a derrocada de todas as doutrinas burguesas, morais, religiosas, sociais.” (Leuenroth. “A aliança anarquista ao povo”. A Plebe. N.3 P.4. 23 de junho de 1917.)

2.3. A construção das vilas operárias em São Paulo

“Ao construir suas vilas operárias, o industrial não está apenas tentando superar uma lacuna que eventualmente, poderia ser solucionada pelo poder público. Ele está, antes de qualquer coisa, construindo um instrumento que o ajude a pressionar a força de trabalho num período de frequentes crises de mercado e conflito nas relações de trabalho”¹⁰.

A citação acima, retirada da obra “Eu não tenho onde morar” (Eva Blay, 1985), registra o começo da construção das habitações operárias, que mais tarde se tornaram as vilas operárias. Para alguns pesquisadores sendo uma adaptação do cortiço carioca e, contendo alguns aspectos das senzalas do período colonial, principalmente porque a senzala era uma extensão da casa grande e as vilas acabaram por ser uma extensão das fábricas¹¹.

“A comissão faz especificações sobre o tipo de construção que as casas devem obedecer, indicando altura do pé-direito, altura das postas, das janelas, e assim como tipo de revestimento. Tais especificações, tidas como “técnicas”, são na verdade sociais, pois todas elas seguem padrões inferiores às exigências postas às casas burguesas”. (BLAY, P. 72, 1985)

Na Primeira República as habitações operárias não avançaram muito além dos padrões já determinados durante o período, algumas medidas foram tomadas para facilitar a vida dos construtores. Algumas propostas e licenças para a construção das vilas foram solicitadas à Câmara em 1891 pelo vereador Francisco Amaro, que pediu um terreno para construir uma vila operária, mas não teve sucesso, pois todos os pedidos estavam suspensos até a próxima eleição municipal.

¹⁰ Eva Alterman Blay (P. 97, 1985).

¹¹ Muitas das vilas operárias se encontravam na vizinhança das fábricas, algumas até mesmo pertenciam ao mesmo terreno.

Em 1897, a Lei Ordinária n. 315¹² dava autorização a um contrato com Guilherme M. Rudge para a construção de 2.000 habitações de quatro tipos diversos, formando assim vilas operárias.

Figura 4 – Decreto Lei nº 315.

LEI N. 315

*Autoriza o contracto com Guilherme M. Rudge para
construção de Villas Operarias*

O Coronel Antonio Proost Rodovalho, Presidente da Câmara Municipal de S. Paulo.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 11 do corrente mez, decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Art. 1.º — Fica o Intendente de Policia e Hygiene autorizado a contractar com Guilherme M. Rudge a construção por si ou empresa que organizar, de duas mil casas, de quatro typos diversos, formando Villas Operarias, quando o terreno o permittir, de accôrdo com os planos que apresentará á approvação da Intendencia.

Lei Nº 315, de 14 de agosto de 1897 - Autoriza o contrato com Guilherme M. Rudge para construção de vilas operárias.

Sendo o primeiro tipo de casa com três cômodos, contendo uma cozinha, além de ter latrina, com área mínima de 30 m² da parte edificada. A segunda espécie de casas era com quatro cômodos, sendo dois quartos, sala e cozinha, além da área cimentada e latrina, sendo a área mínima de 37 m². O terceiro tipo tinha que conter cinco cômodos, senda uma sala, três quartos e cozinha, tendo 45 m². No último tipo, as habitações eram intercaladas nas vilas operárias e construídas na proporção, no máximo de 10% da área total.

Em alguns casos aceitava-se que as vilas fossem construídas em terrenos distantes, porém o poder público teria que entrar em contato com as linhas de bondes, para que assim as passagens ficassem mais baratas para os futuros moradores, ou seja, os operários.

Na Câmara Municipal, existiam discussões sobre a construção de habitações operárias em larga escala, sendo dividida em dois grupos. Segundo a cientista social Eva Blay, esses grupos seriam, um voltado ao Capitalismo Concorrencial e o outro uma tendência capitalista monopolista, tendo assim um conflito de interesse entre esses dois grupos sobre como deveriam ser construídas as habitações.

¹² Lei Nº 315, de 14 de agosto de 1897. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1897/32/315/lei-ordinaria-n-315-1897-autoriza-o-contracto-com-guilherme-m-rudge-para-construcao-de-villas-operarias-1897-08-14-versao-original>. Acesso em: 22/03/2019.

A corrente voltada para o Capitalismo Concorrencial¹³, representado por Vicente de Azevedo e Elias Fausto Pacheco Jordão concordavam em com um projeto do qual o município garantisse juros de 8% sobre o capital investido na construção das casas operárias, evitando assim favores individuais e monopólios. Já o outro grupo tem como um dos seus representantes Guilherme Maxwell Rudge, sendo este grupo favorável a um projeto que solicitava a isenção de impostos para a construção das habitações e ações que envolviam essas construções. Esse projeto encontrou resistência mesmo após ser aprovada em 14 de agosto de 1897 (Blay, P. 83, 1985).

O sistema fez com que a casa do trabalhador fosse transformada em uma situação de vulnerabilidade para o operário, ao conseguir a permissão do poder público e construindo as suas vilas os patrões ou construtores não estavam apenas tentando superar uma lacuna que poderia ser solucionada pelo poder público, mas sim estão construindo um instrumento que ajude a pressionar e ter o poder sobre a força de trabalho em tempos de crises, como no ano de 1917, onde ocorreu uma maior agitação operária por causa de uma série de greves, e por isso essas vilas acabavam por serem usadas para reprimir os movimentos grevistas, além de serem usadas como uma forma de investir dinheiro e assim obter lucros.

Não sendo mais necessárias apresentação de plantas para as construções das habitações, apenas uma breve descrição do que seria construído, surge a Lei Nº 480¹⁴, de 18 de agosto de 1900 (depois revogadas pela Lei nº 14106/2005), na qual fica claro o objetivo de garantir condições mínimas de higiene às habitações da classe desprovida de capital, mas isso sem deixar de favorecer os empresários. Pois os patrões utilizaram as vilas operárias para manter os trabalhadores próximos às fábricas, comprometendo toda a sua família com proletarização e amarrar todos com o sucesso da fábrica, tendo assim um maior controle sobre o trabalhador e alcançando seu objetivo de controlar e domesticar a mão-de-obra operária.

Um modo de simplificar o custo das habitações era construir pés-direitos (altura entre o piso e o forro de um compartimento ou pavimento, ou altura da coluna ou pilar em que se apoia um arco.) de apenas 3 metros, sendo mais baixo que as das outras casas construídas em São Paulo. Uma contradição que ocorreu no estado foi o cumprimento da determinação do Código Sanitário do estado de São Paulo de 1894, onde na determinação exigia que as

¹³ Capitalismo monopolista corresponde a um tipo de economia em que o grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos e outras instituições financeiras, tendo a possibilidade de surgir um monopólio. Capitalismo Concorrencial corresponde a produção por produzir, não se preocupando com a demanda do mercado, pois o capitalista vai encontrar outro capitalista que faz um produto parecido com o seu, tendo assim uma concorrência.

¹⁴ Lei nº 480 de 18 de agosto de 1900. Autoriza o prefeito a despender até 96 contos de e trezentos e 64 mil réis com o calçamento do largo do Riachuelo e regularização do escoamento de águas.

habitações operárias fossem localizadas fora da aglomeração urbana, porém se contradizia um padrão municipal anterior onde se exigia a aprovação de plantas, impossibilitando assim a construção de casas em áreas desfavoráveis, como nas proximidades do Rio Tamanduateí, onde foram construídas algumas vilas operárias como, por exemplo, a Vila Suíça, localizada na região conhecida como baixada do Glicério¹⁵.

Figura 5 – Vila Suíça.



Casas populares situadas nas imediações da Baixada do Glicério, tal como se apresentavam em 1978: Vila Suíça.
Foto: Hugo Segawa.

Somente em 1902 começou a se falar em embelezamento, pois nessa época já se tinha um debate sobre saneamento. O embelezamento deveria ser considerado uma ferramenta para favorecer a paisagem urbana e não algo para ser apreciado pela população. Algumas propostas que foram elaboradas e encaminhadas para o governo municipal, eram mais complexas e acabavam por encarecer a construção, algo totalmente contrário ao padrão municipal para as vilas operárias. Nesse contexto, no qual o poder público dependia que os empresários construíssem em troca de isenções, algumas empresas construíram vilas para seus próprios operários. Muitas vezes dentro do terreno, nos fundos faz fábricas, viviam os trabalhadores e suas famílias, sobre um forte controle dos patrões.

Geralmente os aluguéis e outros encargos eram descontados na folha de pagamento dos trabalhadores. Em caso de greve os moradores poderiam ser expulsos de suas casas, criando assim um comércio e um novo processo de produção de renda do sistema capitalista. Podemos ver essa análise na obra de Lúcio Kowarick “A espoliação urbana” (1979), onde ele nos fala:

¹⁵ É um bairro do centro de São Paulo, situado às margens do rio Tamanduateí. Seu nome é uma homenagem a Francisco Glicério, político paulista.

“A produção capitalista organiza-se, não para prover os trabalhadores com os meios de vida necessários para a sua subsistência, mas para realizar um excedente que é privadamente apropriado” (KOWARICK, 1979, p. 56).

Na proximidade do Rio Tietê, no bairro do Belenzinho, foi construída a Vila Boyes, pelo empresário Simeon Boyes, para seus operários de sua fábrica, esta vila foi construída com alvenaria de tijolos e com banheiro interno no térreo ao lado da cozinha¹⁶, este modelo introduziu a caracterização dos sobradinhos.

Anexa a Companhia Nacional de Tecidos de Juta, a vila Maria Zélia (construída em 1912), era considerada como um modelo a ser seguido, pois além de habitação, também oferecia atividades de lazer com a finalidade de amenizar a dureza da vida operária. Talvez isso se deva ao fato de o proprietário ser um médico e industrial, Jorge Street. Mas não vamos esquecer que essa “boa vontade” não escondia que sua intenção era melhorar o desempenho dos trabalhadores dentro da fábrica e assim aumentar o seu lucro. Projetada pelo arquiteto Paul Pedarrieux, foi inaugurada em 1917, para abrigar os operários que trabalhavam na Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Esse fato nos faz pensar que até mesmo as vilas mais completas, apenas foram criadas para que o patrão tenha mais “controle” sobre os seus funcionários através de ameaças de despejos ou demissões e outras formas de repressão. Além dessas construções servirem também para diminuir o valor dos rendimentos dos operários, já que muitos dos trabalhadores pagavam por essas casas, em alguns casos era descontado em folha.

Originalmente a Vila Maria Zélia possuía 220 casas, com água encanada, medindo de 75 a 110 m², com fachadas frontais voltadas para a rua principal, os serviços coletivos, como por exemplo, as creches, se localizavam junto ao seu acesso principal. Como nas outras vilas da época, os salários dos operários, taxa de água ou até mesmo algumas compras nos armazéns eram descontados na folha do pagamento.

¹⁶ Segundo o levantamento realizado pela arquiteta Dalva Thomaz. (LEMOS, 1989, p. 75 e 76.)

Figura 6 – Vista aérea da Vila Maria Zélia.



Vista aérea da Vila Maria Zélia, em direção ao sul, implantação do traçado urbano com a igreja ao fundo, em 1978. Fonte: Divisão de Preservação/DPH/SMC

Muitas outras vilas foram construídas na cidade de São Paulo ao longo dos anos 1910-20, como exemplo a Vila Marquesa de Itu, Vila Boyes (Matarazzo), Vila Santa Maria entre outras. A Vila Marquesa (Vila dos Ingleses) se destaca das outras por ter sido utilizada temporariamente pelos engenheiros da São Paulo Railway, construída entre 1915 e 1919, com estilo arquitetônico vitoriano e colonial brasileiro. Ela foi fundada por pelo engenheiro Eduardo Aguiar de Andrada e arquitetada por Germano Bresser.

Figura 7 – Vila Marquesa de Itu ou Vila Inglesa.



Fachadas da Vila Marquesa de Itu ou Vila Inglesa, 1978.
Foto: Leonardo Hatanaka - Acervo Sempla.

Por mais que algumas vilas tenham sido construídas e posteriormente consideradas

referências, ainda assim não escondiam o principal motivo para elas existirem, ou seja, mesmo tendo as suas diferenças e suas excepcionalidades, todas foram construídas para serem habitações baratas e simples, apenas para que os operários tivessem onde descansar, para poder ir trabalhar no outro dia.

Como podemos observar na pesquisa realizada pelo arquiteto Hugo Segawa (2004), foi realizada uma licitação pública para a apresentação de projetos de habitações operárias econômicas, destinada apenas à uma família por casa. Conforme o edital as propostas de habitações deveriam contemplar certas condições, como exemplo, ter dois compartimentos habitáveis, do qual um seria a cozinha juntamente com uma área de permanência diurna. Esse modelo seria especificamente para famílias sem filhos, mas todas as moradias deveriam ser projetadas para possível adaptação para uma família com filhos, podendo assim “criar” novos cômodos. Sendo este edital uma “concorrência pública para apresentação de projetos de casas proletárias econômicas, destinadas à habitação de uma só família”¹⁷.

Como podemos perceber, esses projetos necessitavam atender à três condições básicas de habitação, sendo elas economia (casas barateadas), comodidade (vilas sendo construídas nos fundos dos terrenos das fábricas ou em terrenos próximos) e higiene (pelo menos higiene básica).

3. Qual a crítica dos periódicos sobre as habitações operárias

3.1. Quais são essas denúncias?

No final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o movimento operários teve influências de diversas correntes de pensamentos políticos filosóficos, dentre deles talvez o mais importante tenha sido o Anarquismo, e foi usando a imprensa como ferramenta que os anarquistas realizavam fortes críticas ao estado deplorável da vida social urbana e as habitações operárias. Estas críticas ficaram mais duras durante o ano de 1917, onde ocorreu a Greve Geral de 1917 que foi uma das maiores épocas de agitação desse mundo. Diversos periódicos realizavam essas críticas, como por exemplo, *A Lanterna*, *A Plebe*, *La Battaglia* e *A Terra Livre*, foram os maiores críticos desse problema.

Por esse fato o Anarquismo teve uma grande importância na construção e organização da classe trabalhadora na Primeira República, através, da fundação dos sindicatos e seus

¹⁷ SEGAWA, 2004. P. 134.

pilares libertários, usando principalmente os jornais¹⁸ como meio de comunicação entre os trabalhadores. Porém tinham um grande inimigo, a mídia convencional, como o jornal e “*Correio Paulistano*”, que criticava duramente os anarquistas e o movimento operário. *A Plebe* combatia continuamente esses periódicos conservadores como podemos notar na primeira edição de *A Plebe*:

“No que não concordamos absolutamente com o correio é na afirmativa final do conselho: Em São Paulo, só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio.” (Benjamim Mota. “O pobre é um vadio?”. *A Plebe*. N.1. P.1. 9 de junho de 1917).

A mídia convencional e o poder público/privado sempre tentaram deslegitimar a movimentação dessa classe trabalhadora, deixando assim o dever de evidenciar o outro lado da história e o descaso que se tinha com a sociedade operária, por isso era comum ter colunas dedicadas a rebater as críticas dessa mídia conservadora.

No dia 31 de maio de 1917, o jornal *Correio Paulistano* lançou em sua edição¹⁹ uma coluna que trazia os seguintes dizeres: “Em S. Paulo, só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio” (CORREIO PAULISTANO, 1917). Ou seja, para a mídia conservadora do estado de São Paulo, só era pobre quem não trabalhava, mas a realidade dizia o contrário. Os operários com certeza eram os que mais trabalhavam e continuavam a ser pobres, devido ao sistema capitalista e sua exploração, o que indignava muito os periódicos anarquistas, como se pode notar uma na edição de *A Plebe* de 09 de junho de 17, onde além de rebater a crítica, já aproveita e faz outra crítica à habitação dos trabalhadores e seu alto custo do aluguel:

“Pobres são todos aqueles que, numa sociedade que repousa sobre o dinheiro inviolável o sagrado da propriedade, veem-se obrigados a alugar, por vil preço, a força dos seus músculos ou da sua inteligência, em proveito exclusivo da burguesia capitalista e parasita que vive a custa do suor e dos esforços alheios. Só é pobre quem é vadio! Mas então o operário que labuta doze ou quatorze horas por dia, para ganhar 3\$000 ou 4\$000 e que no fim do mês não tem o suficiente para o aluguel do tugúrio em que habita e para pagar o vendeiro e o padeiro, é um vadio?” (Benjamim Mota. “O pobre é um vadio?”. *A Plebe*. N.1. P.1. 9 de junho de 1917).

Uma das reivindicações do movimento operário sempre envolvia o aumento de seus salários, e assim, conseguir melhorar a sua qualidade vida e de sua família. Pois além, de toda a exploração o trabalhador tinha que se preocupar em não deixar seus familiares passar fome,

¹⁸ Foi pesquisado o periódico “*A Plebe*”.

¹⁹ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=42762. Acesso em 02/05/2019.

o que lhe causava um grande desespero já que não podia se dar ao luxo de ficar doente ou faltar o serviço por qualquer que seja o motivo, algo que também era denunciado pela *A Plebe* “Este dito tudo. Mora numa alfaria tem mulher e filhos a sustentar, e um dia sem trabalho é um dia de fome e desespero.” (R.F. “Commentarios de um plebeu”. *A Plebe*. N.2. P.1. 16 de junho de 1917).

Nesta mesma edição é dada uma importância sobre o desastre ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, o desabamento de um prédio onde residiam trabalhadores, o que demonstra um descaso com os trabalhadores por parte do governo, tanto em São Paulo, como também no Rio de Janeiro (*A PLEBE*, 16 junho de 1917). E em forma de apoio às famílias e vítimas desse desastre foi feito um comício de protesto no Brás, nos transmitindo a impressão de que a união dos operários não era algo local e sim nacional. Esse fato também nos faz observar que a articulação e comunicação dos periódicos entre si, também se estendia a outros lugares e estados.

O salário que o operariado recebia não era o suficiente para que ele pudesse ter uma vida mais digna, era baixo ou trocado por vales para que fossem gastos nas mercearias das próprias vilas, além do constante aumento de preço que sofriam os gêneros de primeira necessidade. Fato que contribuía para que o já pequeno salário parecesse ainda menor, quase não sobrando muito para pagar o aluguel da habitação em que morava. Ou seja, transforma-se outro fato que influencia no problema da habitação operária, tornando o salário insuficiente para quitar suas contas, e por isso exigiam um aumento de salário, como foi exposto na segunda edição, em seu primeiro ano:

“Exigem aumento de salário, para poderem atender a sua manutenção, pois o que vinham ganhando era absolutamente insuficiente, e cada dia se tornava mais escasso ante o aumento constante dos preços dos gêneros de primeira necessidade” (*A Plebe* “Os canteiros”. *A Plebe*. N.2. P.3. 16 de junho de 1917).

Além de receber um baixo salário, outro grande problema com suas finanças eram os vales que os patrões pagavam, no lugar de salários, vales utilizados apenas nas mercearias das vilas operárias, onde os produtos de básicos de alimentação e outros gêneros sempre sofriam um aumento de preço, como podemos observar na seguinte tabela²⁰:

²⁰ Mario Cardim. Ensaio de análise de fatores econômicos e financeiros do estado de São Paulo: secretaria da agricultura, indústria e comércio, 1936. Observação: A e B referem-se a cidade de São Paulo.

Tabela 1
São Paulo – indicadores de preços e salários – 1915-17

Anos	Gêneros alimentícios (A)	Aluguel da casa (B)
1915	123	113
1916	125	120
1917	139	126

Tabela retirada da obra “Trabalho urbano e conflito social – 1890-1920”, (FAUSTO, 2016, p 192.)

Como constatado na tabela acima, podemos perceber que aconteceu um gradativo aumento dos preços. Os gêneros alimentícios, por exemplo, aumentaram em torno de 1.6% de 1915 até 1916, e tendo um aumento de aproximadamente 13% de 1915 até 1917, período em que a greve geral ocorreu. Já no aluguel da casa, de 1915 para o ano de 1917, aumentou 11.5% aproximadamente. Fazendo com que o salário ou vale ficasse cada vez menor.

Com essa medida do patrão - pagar vales ao invés de salários - o trabalhador ficava impossibilitado de comprar gêneros de primeira necessidade em outros lugares, fora das vilas e quando estes se negavam a gastar seu pequeno salário nos armazém, sofriam uma grande repreensão por parte dos empresários, alguns até corriam o risco de ser demitidos, como foi noticiado pelo jornal: “O operário que se nega a realizar as suas compras no armazém do salário patrão e despedido do trabalho” (A PLEBE, 16 de junho de 1917).

No dia 27 de junho de 1917, a grande imprensa lança um ataque a classe trabalhadora e sua greve, onde este jornal dá a entender que a greve operária tinha um cunho de exploração anárquica ou socialista. Ou seja, tenta tirar o poder e controle dos operários sobre a greve e passa a dizer que a culpa da cidade ter parado é dos libertários (anarquistas e socialistas) e com isso a mídia tenta colocar o movimento grevista na ilegalidade, porém já no sábado dia 30, *A Plebe* rebate essa crítica, firmando a ideia de que toda luta por melhoria e direito é justa, como pode ser observado na coluna “Nota simples” assinada por Joly:

“Toda a greve operária é justa, pois os trabalhadores, ao declará-las tem em vista melhorar as suas condições econômicas, sempre precárias, e protestar ao mesmo tempo, contra a tirania capitalística.” (Joly. “Nota simples”. *A Plebe*. N.4. P.4. 30 de junho de 1917).

Com certeza a maior reivindicação dos operários envolvia a parte financeira, ou seja, o aumento de seus salários, pois com um salário mais digno, se poderiam viver melhor, se alimentar melhor e principalmente morar melhor. Por mais que os empresários construíssem as vilas para abrigar os seus trabalhadores, porém não somente isso também servia como uma

ferramenta de controle dos operários e de arrecadar mais capital, essas construções eram de baixo nível comparado as casas de classe média. Porém essas vilas não abrigavam os trabalhadores e suas famílias de forma adequada, em alguns casos os moradores dividiam cômodos - por exemplo, o banheiro – para que assim as contas do aluguel ficasse mais acessível. Além dessas artimanhas por parte dos operários, as péssimas condições dessas casas eram denunciadas pelos periódicos independentes, como em *A Plebe*, no dia 09 de julho:

“Ela - a cidade – agora coberta de moradias em que eles não abrigam, armazenada de estofos, com que eles se não agasalham; abarrotada de alimentos, com que eles se não saciam” (Eça de Queiroz. “A Plebe”. *A Plebe*. N. 5. P.1. 09 de julho de 1917).

Sendo assim podemos perceber que conseguir pagar o aluguel de sua residência se torna uma grande prioridade para o operário paulista, fazendo com que quase não lhe sobre dinheiro para as outras necessidades básicas, como alimentação, higiene e outros gêneros. Por esse fato muitos operários reclamavam e exigiam um salário mais justo e digno, e por muitas das vezes acabavam tendo “as portas fechadas na sua cara”, sendo totalmente ignorados pelo seu patrão, como denunciado pela *A Plebe* em 21 de julho daquele ano:

“(…) por consequência os operários não podem comprar um pedaço de pão porque o salário não basta. Os operários fazem reclamações exigindo salários mais equitativos e os patrões fecham-lhes as portas na cara” (João Crispim. “A única e necessária solução”. *A Plebe*. N.6. P.2. 21 de julho de 1917).

Outro grande problema que enfrentava a classe trabalhadora era a diminuição de seus salários e o aumento dos preços das mercearias, principalmente os produtos de primeira necessidade. Muitos dos trabalhadores beiraram a situação de calamidade, um estado lastimoso, uma situação que, segundo o periódico, apenas poderia se inverter através de uma greve. Uma ideia que o periódico e seus organizadores apoiavam e deixam bem nítido o posicionamento a fazer de uma greve, como podemos observar na coluna "Nota Simples":

“Os trabalhadores vendo, dia a dia, os seus salários diminuídos, o vendeiro aumentando consideravelmente os gêneros de primeira necessidade, encontravam-se num estado tão lastimoso e precário que só poderia ser temporariamente resolvido por meio de greve” (Joly. “Nota simples”. *A Plebe*. N.6. P.2. 21 de julho de 1917).

Na mesma coluna o periódico ainda adverte sobre a falsa ilusão de vitória dos operários em caso de uma greve. Para o jornal ganhar uma greve não significa o fim da luta, mas sim apenas a vitória de uma batalha e não da guerra e que essa vitória não significaria o fim da dificuldade que a classe trabalhadora passava:

“Mas não se iludam os obreiros com as vitórias das greves, estas pouco representam para o que há ainda há fazer. Uma greve ganha representa uma modesta conquista que não impede de se continuar a viver com dificuldade.” (Joly. “Nota simples”. A Plebe. N.6. P.2. 21 de julho de 1917).

Nesse mesmo número, o periódico chama atenção para as reivindicações dos operários, e na coluna “O que reclamam os operários”, o jornal expõe duas listas, a primeira com reivindicações que afetariam o funcionamento interno das fábricas e a segunda lista, que nos interessa mais e que cita os pedidos a respeito de melhorias externas como, por exemplo, “o imediato barateamento dos gêneros de primeira necessidade” (A Plebe, 1917). No entanto o mais interessante é a crítica que o jornal faz em relação ao preço dos aluguéis das casas operárias:

“4.0) Que os aluguéis das casas até 100\$000, sejam reduzidos de 30%, não sendo executados nem despejados por falta de pagamento os inquilinos das casas cujos proprietários se opunham aquela redução” (A Plebe. “O que reclamam os operários”. N.6. P.3. 21 de julho de 1917).

Na semana seguinte o valor do aluguel das habitações volta a ser criticado. *A Plebe* publica em uma coluna, uma lista de desejos dos operários, desejos que vão desde higiene no local de trabalho, como também a diminuição do valor do aluguel e novamente o preço dos produtos de primeiras necessidades,

“(...) c) a higiene, ventilação e luz das fábricas, oficinas, cozinhas de hotéis, padarias e em todos os departamentos de trabalho. f) diminuição de 300\$0 nos aluguéis das casas. g) diminuição nos preços nos meios de locomoção fluvial e terrestre. h) Diminuição imediata nos preços dos gêneros de primeira necessidade.” (A Plebe. “O movimento tomou grandes proporções”. A Plebe. N.7. P.2. 28 de julho de 1917)

Apesar de toda essa luta e busca por diminuição de preços de mercadoria, incluindo a diminuição do aluguel de suas habitações e aumento em seus salários, mesmo com a pressão exercida pela classe trabalhadora, os donos de mercearias continuavam a aumentar os preços de seus produtos. Tudo se aumentava em um valor astronômico, o que acabava por dificultar ainda mais a vida do operário em São Paulo, como denuncia o periódico “Tudo aumenta, tudo sobe, tudo se vende hoje a preços incríveis preços descomunais, a preços criminosos” (A Plebe, “O problema das subsistências”. N.10. P.1. 18 de agosto de 1917).

Na história da classe trabalhadora, em alguns momentos os operários se mantiveram parados, na esperança de promessas de melhorias de qualidade de vida, porém o governo apenas os enganava, sempre fazendo com que os trabalhadores ficassem em um estado de

inércia. Mas após perceberem que a mudança apenas ocorreria por suas mãos os operários voltaram a lutar pela sua causa, essa falta de movimentos por parte dos trabalhadores foi alertada pelo jornal, na coluna “Situação Operária”, onde ainda o jornal cita uma conhecida frase de Marx:

“No Brasil, os operários durante muito tempo deixaram embalar por rendilhadas promessas, esperando o outrem a defesa de seus interesses, mas, ultimamente, por tal forma se tem conduzido os governos para com eles, que tiveram o sublime condão do os sacudir e despertar da letargia em que permaneciam, constringendo-os a refletir naquela frase por Marx pronunciada: - a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores.” (A Plebe, “Situação operária”. A Plebe. N.11. P.1. 25 de agosto de 1917).

Com receio de um possível levante por parte dos trabalhadores e como prevenção de uma greve iminente, os empresários, não hesitavam em ceder em alguns aspectos e assim acalmar um pouco o movimento que se desenvolvia, acabando os patrões por oferecer um aumento de até 20% dos salários dos operários, como foi exposto na edição número 11, do jornal *A Plebe* de 1917:

“A vista do que resultava do movimento grevista realizado nesta capital, não hesitou em oferecer aumento de 10% a 20% sobre seus vencimentos. Pensou talvez evitar que eles se declarassem em greve” (A Plebe. “A paulista está fazendo das suas”. A Plebe. N.11. P.2. 25 de agosto de 1917)

Porém ao mesmo tempo em que os donos das fábricas cediam em alguns aspectos, em outros eles descobriram novas formas de explorar ainda mais os operários. Uma nova forma de tentar enganar a classe trabalhadora, muitas vezes utilizando a própria economia nacional como desculpas para tentar fazer com que o trabalhador concordasse em trabalhar com o salário reduzido ou até mesmo de graça, na sua primeira edição de setembro, o jornal exemplifica essa artimanha por parte dos patrões, para isso o periódico utiliza de um exemplo fictício, porém poderia ser facilmente realizado:

“Baseia-se ele no seguinte: um trabalhador ganha, por exemplo, 5\$000 réis. É muito, o escravocrata chama-o a sua presença e, com voz melíflua, buzina-lhe o sermão estudado: - meu amigo; a vida apresenta-se caríssima, a miséria prima esta pela hora da morte, a freguesia rareia a olhos vistos, por conseguinte desculpa-me, mas eu vejo me obrigado a baixar-lhe o salário para a metade até ver se melhores dias chegam” (A Plebe. “Farpas de fogo”. A Plebe. N.12. P.1. 1 de setembro de 1917)

O periódico *A Plebe*, foi criado em meio a Greve Geral de 1917, tendo a sua equipe editorial envolvidos com os movimentos libertários – principalmente anarquismo. Suas publicações começaram no dia 09 de janeiro de 1917 e foram publicados até 1951, porém

durante a sua história aconteceram algumas interrupções, principalmente por causa da repressão. No ano de 1917, suas publicações foram até o mês de outubro. Com a prisão²¹ de Edgard Leuenroth o jornal *A Plebe* começa a prestar uma maior importância ao caso de sua prisão e ao mesmo tempo começa a sofrer forte repressão por parte da polícia, porém mesmo com a sua prisão o jornal ainda publicou alguns números, apenas cessou as suas publicações quando a polícia entrou na redação e o jornal teve as suas portas fechadas à força.

3.2. Que soluções para esses problemas?

Desde o início período da República, as habitações da classe trabalhadora, têm sido alvo de estudos e críticas, sempre buscando entender a urbanização brasileira e buscar novas soluções para os problemas habitacionais, principalmente nas grandes cidades e capitais, como por exemplo, a cidade de São Paulo, onde por toda a sua história a questão urbana e habitacional tem sido um problema para as classes mais baixas.

Aprofundar o nosso conhecimento sobre os processos que culminaram no atual quadro e dinâmica das cidades brasileiras é importante para percebermos e pensarmos sobre as políticas públicas urbanas de habitação e assim entendermos melhor como as cidades foram construídas e organizadas. Também para buscarmos soluções para os problemas habitacionais, como cita o urbanista e professor Nabil Bonduki: “alternativas que sejam formuladas a partir do conhecimento aprofundado das experiências históricas e não a partir de modelos preconcebidos” (BONDUKI, p. 315, 2004). Por isso o estudo da História tem o sentido de servir e nos ajudar a entender o presente, para que possamos interferir na consolidação do futuro.

Para que consigamos começar a pensar nas soluções para esses problemas habitacionais, precisamos realizar uma pesquisa, para saber o que a historiografia diz a respeito do assunto e quais soluções já foram propostas pela força estatal, pela classe trabalhadora e pelo setor privado e buscar também em trabalhos de pesquisadores sobre o tema, como urbanistas, arquitetos, economistas e outros especialistas que, pensaram o problema. Devemos então ter em mente que a habitação não está isolada da sociedade e suas questões, tendo o problema da moradia incluindo as casas, o saneamento, a mobilidade urbana, a produção de mercadorias, e comércio de gêneros de primeira necessidade, o mundo do trabalho, dentro e fora das fábricas. Sendo assim no primeiro momento devemos analisar

²¹ Leuenroth foi preso, acusado por liderar o saque que aconteceu no Moinho Santista (uma pilhagem do Moinho Santista, ocasião onde foram roubadas algumas sacas de farinha de trigo).

as origens do problema de habitação no Brasil, tendo em vista que esse é um problema que atravessa a história do Brasil, do capitalismo e a história da luta de classe e que atinge o Brasil até os dias de hoje.

O problema habitacional brasileiro tem sua origem muitos antes da República, associado a transição do modelo econômico agrário para o período industrial, com analisado por Nabil Bonduki (2004), no final do século XIX e início do século XX já se tinha noção em São Paulo do problema das habitações precárias. A imigração de europeus (principalmente italianos e portugueses) devido à consolidação e aumento da economia cafeeira em São Paulo colocava como necessidade uma produção massiva de habitações para atender a demandas de novos habitantes. Essa necessidade era atendida, principalmente por um setor rentista, ou seja, uma iniciativa privada que com ajuda do governo produzia unidades habitacionais caracterizadas por condições insalubres de habitação, sendo as vilas e cortiços mais comuns. A grande demanda para ocupar essas habitações, tornava-as altamente lucrativas, sendo um caminho para o empresário fabril investir o seu dinheiro e obter ainda mais lucro.

Desde a sua origem, essas novas habitações acabam por criar uma crise no sistema habitacional, onde as moradias operárias estavam construídas muito próximas das outras, geralmente casas geminadas, formando assim a característica das vilas operárias e constituindo um “formigueiro”, como caracteriza Aluísio de Azevedo em sua obra “O Cortiço”. O seu interior era muito precário, as casas eram construídas com materiais de má qualidade, sua área total era pequena e nela moravam até seis pessoas.

Para que possamos começar a falar sobre as soluções para esta crise habitacional que sempre se fez presente durante a história da humanidade, vamos recorrer a “A questão da habitação” (Engels, 1873)²², onde apesar do autor fazer críticas às ideias de Proudhon, ele nos mostra o modo como Pierre-Joseph Proudhon²³ pensava também, a questão da habitação e a solução para a melhoria dessas construções. Nesta obra, Engels considera a habitação apenas como uma mercadoria disponível no mundo capitalista, um objeto de compra e aquisição, mas não concede a devida importância para o papel do inquilino, onde o trabalhador vende a sua força de trabalho, existindo ali uma luta de classe. Proudhon afirma que essa crise habitacional era fruto e ferramenta para a manutenção da exploração e opressão capitalista, tendo um fim nesse problema fim apenas com a eliminação da opressão da classe trabalhadora, fazendo assim uma relação entre ela e a opressão sofrida.

²² Escrito por Engels de maio de 1872 a janeiro de 1873. Publicado pela primeira vez no *jornal Volksstaat*, em Leipzig, em 1872 e 1873.

²³ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi um filósofo político e econômico francês, é considerado como um dos grandes pensadores do Anarquismo do Século XIX.

“Ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos. Para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar pura e simplesmente a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante” (Engels, p. 16,1988).

Esta seria uma solução teórica proposta pelo anarquismo, destruir a exploração sobre a classe trabalhadora, assim os trabalhadores passariam a receber toda a atenção e a sociedade não apenas teria como principal intuito, gerar lucros para um grupo pequeno de senhores, mas sim começaria a pensar no bem comum e todos, inclusive a classe trabalhadora, teriam um lugar digno para morar.

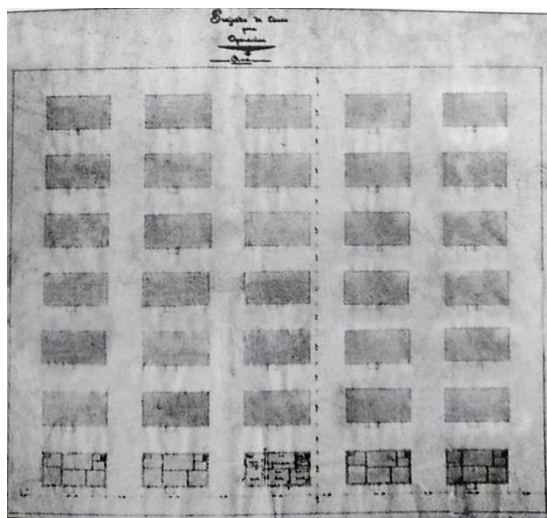
“A casa, uma vez construída, representa um título jurídico eterno sobre certa fração do trabalho social, embora o valor real da casa já há muito tenha sido mais do que suficientemente pago ao proprietário na forma de aluguel. É dessa maneira que uma casa construída, por exemplo, há cinquenta anos pode, durante esse tempo, com a receita do seu aluguel, cobrir duas, três, cinco, dez vezes etc., o custo original” (Engels, p. 19. 1988).

Outra possível alternativa seria o proprietário o imóvel alugado, depois de algum tempo, ceder a casa ao seu inquilino, já que dentro de alguns anos ou décadas o valor pago no aluguel já quitaria a construção e teria excedente para o dono ter seu lucro e até construir outra residência. Logicamente que esse tempo seria o suficiente do proprietário reaver o capital que tenha sido investido nessa construção, obviamente que se pode pensar em uma compensação para este proprietário, ou até mesmo que esse ato (ceder a casa ao inquilino) possa ocorrer após a morte do inquilino, assim se acabaria também com a ideia de heranças e com as grandes heranças.

Na questão da vila, o dono da fábrica poderia ceder a casa aos seus operários, diminuindo os gastos dos trabalhadores e resolvendo a questão dos aluguéis caros e seus aumentos. Ou então o patrão poderia fazer um financiamento da habitação para o seu operário, em que o patrão escolheria um valor justo para tal habitação e com o tempo, com parcelas o operário poderia quitar essa dívida com seu patrão.

Porém, existem também possíveis medidas para solucionar esses problemas, como por exemplo, a criação das vilas operárias, como uma proposta de casas isoladas, sendo um modelo considerado mais higiênico, pois as casas eram isoladas, dispostas de formas ordenadas em um quarteirão, sem delimitação de lote o até mesmo acesso direto à via pública. Seria este um modelo de vila operária, mais arejado, o que dificultava as infiltrações e precarização das casas.

Figura 8 – Rascunho de uma planta baixa de um modelo de vila operária.



Planta retirada da obra “Origens da habitação social no Brasil”, (Nabil Bonduki, p. 59, 2004).

Edgard Leuenroth possuía algumas soluções para a questão da habitação, essas soluções ele publicou no jornal “O Libertário” em forma de sete artigos. Leuenroth faz um balanço da situação em que o Brasil passava frente ao capitalismo, nesses artigos Leuenroth propõe uma reforma nas bases administrativas e econômicas do Brasil, para que assim alguns problemas que estavam atingindo a população pudessem ser solucionados, nestes artigos Leuenroth enfatiza as medidas que precisam ser tomadas para a reorganização habitacional.

Entre as suas sugestões estão: a utilização de terrenos baldios pelos trabalhadores, uma apropriação de terras; redirecionar os grandes depósitos de capital (banco, igrejas e riquezas naturais como gás e água) para a construção de habitações higiênicas e salubres para o operário; estabelecer uma cota de construção de casas populares para cada arranha-céu que for construído; cobrar das autoridades públicas que o encanamento de água e esgoto chegam às ruas dos bairros das vilas operárias, criação de praças arborizadas (LEUENROTH, 1962). Para Leuenroth a solução para a crise habitacional brasileira tinha que surgir de dentro da sociedade, tinha que ser uma mudança interna, como analisa por Christina Lopreato (2009):

“A solução, portanto, dever-se-ia buscar no interior do próprio país, e não na importação de modelos pré-fabricados. Para ele, nossos problemas só podem ser solucionados por quem aqui vive, trabalha, produz e concorre para o progresso do país. Para enfrentar o que chamou de quadro de chocante desequilíbrio do Brasil, de contraste, de fosso entre uma pequena elite que desfruta as benesses e os prazeres do sistema capitalista e mantém a grande maioria da população brasileira mal alimentada, mal vestida, roída na sua saúde e mantida na ignorância” (LOPREATO, 212, 2009.)

Com a sua palavra de ordem sendo “reagir”, Leuenroth sabia que encontraria uma resistência para pôr em prática a sua revolução. A mentalidade controlada pelo conformismo e para que a sociedade saia do seu estado de inércia, primeiro precisaria acabar com o Estado, considerando que o Estado é um “órgão parasitário, surgido por meio da violência e da astúcia para ser um instrumento governamental de domínio e de sucção.”²⁴

Em outubro de 1962, Leuenroth publica uma coluna denominada “O problema da Habitação”²⁵, onde ele propõe especificamente soluções para a crise habitacional no país. Ele começa questionando a existência e a falta de uso de terrenos baldios, como também questiona sobre a reserva de capital que o estado e a igreja possuem e porque esse capital não é utilizado para construções de habitações sociais:

“Não existem dentro das cidades e de suas periferias terrenos baldios? Não há, igualmente, capitais vultosos acumulados nos bancos, nos institutos de aposentadorias usados para construções suntuosas? Não se acumula uma fortuna colossal nos depósitos de gás, luz e água e nas caixas econômicas? E que fortunas imensas não entesouram as congregações religiosas para se para serem canalizadas para o Vaticano?” (O LIBERTÁRIO, Edgard Leuenroth, ano 2. N° 12, outubro de 1962, São Paulo.)

Além de questionar sobre esse capital retido pelas instituições, Leuenroth também nos fala sobre a ideia de uma cooperativa, composta por vários agentes, desde os operários até mesmo engenheiros, onde ele indica que os inquilinos poderiam pagar por essas construções. Porém esse pagamento em parcelas mensais, como uma forma de financiamento, mas o financiador seria a cooperativa, excluindo assim os banco e estado dessa equação, sendo estas instituições as maiores exploradoras do povo.

“Nessa obra poderão ser ativadas cooperativas formadas por engenheiros, operários da construção civil, oleiros, por todos aqueles, enfim, que contribuem para as construções, incluindo os próprios inquilinos, que cobrirão o custo das casas em prestações mensais. Poder-se-á, ainda, estabelecer que a cada arranha-céu construído corresponda o compromisso da construção de uma certa porcentagem de casas populares.” (O LIBERTÁRIO, Edgard Leuenroth, ano 2. N° 12, outubro de 1962, São Paulo.)

Edgard Leuenroth deixa claro que para a construção e realização dessas soluções o povo trabalhador tem que estar envolvido internamente, que esta intervenção deve acontecer com união entre os trabalhadores e sindicatos e que não se deve esperar nada do poder governamental:

“Mas nada se fará sem a intervenção direta dos interessados, dos inquilinos, do

²⁴ Edgard Leuenroth. Qual a solução para o problema do Brasil?. Texto digitalizado, p. 18.

²⁵ Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstream/handle/10/8969/o-libertario-1962-0012.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 16/07/2019.

povo, que nada poderá esperar de quem quer que seja — da burocracia parlamentar e governamental ou de partidos políticos. O problema da habitação somente poderá ser resolvido pela ação popular, direta, ativa e incessante, organizando-se o povo em ligas de inquilinos e consumidores, de ruas, ampliando-se por quarteirões, bairros e cidades e agindo em cooperação com os sindicatos operários.” (O LIBERTÁRIO, Edgard Leuenroth, ano 2. N° 12, outubro de 1962, São Paulo.)

Logo fica evidente que, para Leuenroth, a solução para a situação das habitações populares é a criação de cooperativas, um gestão direta para que assim o trabalhador possa se ajudar, cooperativas que ajudariam não apenas na questão das habitações, mas também nas questões de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, onde se criaria uma rede de cooperativas, interessando trabalhadores e não os patrões que fazem uso dessas habitações para acumular riquezas e fortunas a custo da exploração do povo.

Neste caso, cada sindicato deveria criar uma cooperativa e a união dessas organizações formaria uma confederação cooperativa e com esse processo todos os intermediários, os banqueiros e patrões, todos que exploram a classe trabalhadora desapareciam, surgindo assim uma sociedade mais justa.

Outra solução para esses problemas habitacional é a questão dos salários dos trabalhadores, aspecto que sempre era abordado e criticado pelos periódicos libertários. Considerando que os salários tinham uma grande influência no bem estar dos trabalhadores e também pelo fato de que grande parte do salário era destinada ao pagamento do aluguel de suas casas, que inclusive mal bastavam para pagar os aluguéis em suas moradias precárias:

“Os salários mal bastavam para o pagamento de alugueis de casebres ou quartos em cortiços, em lugares sujos e lamacentos, que em dias de chuva se tornavam quase impraticáveis. Os trabalhadores chegavam ao trabalho molhados e enlameados.” (BIONDI; TOLEDO, P. 67, 2018).

Geralmente a reivindicação da classe trabalhadora envolvia o aumento de seus vencimentos, pois assim eles teriam maiores chances de melhorar a sua qualidade de vida e de seus familiares. A principal preocupação do trabalhador fabril era não deixar que sua família sentisse fome, o que também implicava em não poder faltar o trabalho, nem mesmo por causa de doença já que cada falta no serviço seria descontado do seu salário já baixo, como visto em *A Plebe* “Este dito tudo. Mora numa alfaria tem mulher e filhos a sustentar, e um dia sem trabalho é um dia de fome e desespero.” (R.F. “Commentarios de um plebeu”. *A Plebe*. N.2. P.1. 16 de junho de 1917).

Na realidade a situação da vida financeira operária era mais grave do que apontavam algumas estatísticas, como em “História da indústria e do trabalho no Brasil”, onde Hardmam

(1991) utiliza um estudo realizado por Edgard Leuenroth e Hélio Negro, que nos mostra que o salário do trabalhador não era o suficiente para manter uma vida digna e pagas o seu aluguel ao mesmo tempo. Isso tendo em mente que despesa como divertimento, bebidas, locomoção e educação não foram consideradas para confeccionar este estudo²⁶:

Tabela 2

Gastos mensais dos operários.

Alimentação.....	89\$900
Alojamento.....	45\$000
Outras necessidades.....	32\$000
Vestuário.....	40\$750
Total.....	207\$650

Tabela retirada da obra “História da indústria e do trabalho no Brasil”, (HARDMAN, 1991, p 201.).

Como podemos observar o salário que o operário recebia no fim do mês não era o suficiente para manter uma boa condição de vida. Além de serem baixos, muitas vezes eram trocados por vales para que fossem gastos nas mercearias das próprias vilas, ou seja, muitas vezes o patrão decidia como o trabalhador iria receber seus vencimentos, uma forma do patrão ter um controle sobre o seu funcionário. Os gêneros alimentícios de primeira necessidade também impactavam no orçamento familiar, pois além dos baixos salários, os preços dos alimentos sofriam constantes aumentos e até mesmo falsificação.

A solução para este problema seria a criação de leis que teriam como princípio melhorar a vida dos trabalhadores, como por exemplo, em 1936, com a criação da Lei Nº 185, de 14 de janeiro de 1936²⁷, onde consta:

“Art. 1º Todo trabalhador tem direito, em pagamento do serviço prestando, num salário mínimo capaz de satisfazer, em determinada região do País e em determinada época, das suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Art. 2º Salário mínimo é a remuneração mínima devida ao trabalhador adulto por dia normal de serviço. Para os menores aprendizes ou que desempenhem serviços especializados é permitido reduzir até de metade o salário mínimo e para os trabalhadores ocupados em serviços insalubres e permitido argumenta-lo na mesma proporção”. (BRASIL, Lei Nº 185, de 14 de janeiro de 1936.)

²⁶ Edgard Leuenroth e Hélio Negro. Levantamento sobre a pauperização crescente das famílias proletárias. Publicado no opúsculo “O que é Marxismo ou Bolchevismo”, São Paulo, 1919.

²⁷ BRASIL. Lei Nº 185, de 14 de janeiro de 1936. Dispõe sobre o salário mínimo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 14/08/2019.

O salário mínimo se estabeleceu ao mesmo tempo em que surgiram diversos inquéritos e pesquisas sobre o padrão da vida operária, mostrando assim uma preocupação por parte do estado em relação à infraestrutura dos operários. Em 1936 o governo de São Paulo encomendou uma pesquisa de Sérgio Milliet sobre o custo de vida operário, e é nesta pesquisa que podemos ver onde o salário mínimo pode ter sido apoiado:

“Em resumo: a determinação do salário mínimo deve basear-se no estudo objetivo do padrão de vida. Para que este salário seja sempre útil, deve sofrer modificação periódica correspondente as oscilações do custo de vida. O único método prático consiste na elaboração de índice de preços. E para que preencham seus fins, estes devem ser científicos e baseados no conhecimento perfeito da importância dos vários gêneros no custo de vida, isto é, baseia-se na determinação prévia do padrão de vida.” (Sergio Milliet, 1936)²⁸

Ou seja, era necessária a criação do salário mínimo para que assim o custo de vida do operariado pudesse ter alguma expectativa de melhoria, já que o atual rendimento mensal não considera despesas extras como vestuário, lazer e educação.

Outra questão que deveria ser levado em conta e se pensar algumas formas de melhorar a vida operária em São Paulo é o desregulamento dos preços das mercadorias de primeira necessidade. Algo que afeta diretamente o salário do trabalhador e por consequência o sua habitação, já que o aumento dos alimentos “diminuía” ainda mais o dinheiro que poderia ser usado para melhorar a sua habitação ou até mesmo aumentar o seu poder de consumo e encontrar uma casa melhor para ele e sua família.

Tendo em vista que os alimentos aumentavam quase que diariamente, “o imediato barateamento dos gêneros de primeira necessidade” (A Plebe, 1917) passa a ser uma prioridade para o trabalhador paulista no início do século XX, como noticiado em *A Plebe* em julho de 1917:

“Os trabalhadores vendo, dia a dia, os seus salários diminuídos, o vendeiro aumentando consideravelmente os gêneros de primeira necessidade, encontravam-se num estado tão lastimoso e precário que só poderia ser temporariamente resolvido por meio de greve” (Joly. “Nota simples”. *A Plebe*. N.6. P.2. 21 de julho de 1917).

O barateamento dos gêneros de primeira necessidade sempre foi uma reivindicação dos operários, pois além de absorver parte dos seus vencimentos, muitos desses alimentos eram falsificados como produtos prejudiciais à saúde pública. O aumento destes alimentos geralmente acontecia logo após os trabalhadores conseguirem um aumento de seu salário ou ganho de alguma reivindicação e que passou a ser uma preocupação até mesmo do Comitê de

²⁸ “Salário mínimo”, (noticiário), Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Dep. de Cultura, 1937, n°32, p 122.

Defesa Proletária, como nos mostra, onde ela sugere algumas medidas que deveriam ser analisadas pelo estado e pelos patrões.

Logo esse problema apenas poderia ser resolvido com a criação de um órgão regulador vinculado ao poder público ou até mesmo sobre a responsabilidade dos trabalhadores e suas ligas operárias, um órgão com poderes de nível municipal, estadual ou até mesmo federal, onde este órgão seria destinado a fiscalizar todos os tipos de alimentos e produtos de primeira necessidade, desde a matéria prima, passando por embalagens e outros elementos que possam influenciar na qualidade dos alimentos.

O saneamento básico (esgoto, limpeza urbana e controle de pragas) também era outro problema que influenciava na questão habitacional paulista, o pouco saneamento básico foi o principal culpado por diversas epidemias que ocorreram em São Paulo no início do século XX, questões de infraestrutura ocorriam em bairros operários e periferias, onde os moradores reivindicavam melhorias no sistema de saneamento, desde redes coletoras de esgotos, abertura de vias e até manutenção e canalização de córregos devidos as constantes enchentes. Muitos dos bairros operários não possuíam muita estrutura, fazendo com que a contaminação de doenças e mortalidade infantil fosse maior, como observado por Decca em 1987:

“Nos bairros onde havia pobreza, sem fiscalização, sem rede de esgotos, sem água encanada, onde os poços eram construídos muito próximos das fossas, a contaminação era maior, a mortalidade infantil mais alta. Mesmo até 1933-1934 o Brás e o alto da Mooca, Belenzinho, Ipiranga, bairros mais antigos e populosos, não haviam recebido infraestrutura urbana condizente com seu crescimento, sendo sua situação parecida a de inúmeros bairros operários e pobres de formação mais recente, construídos rapidamente.” (DECCA, P.39, 1987).

Na cidade de São Paulo, a questão de sanitária inicialmente foi tratada pelo Código Sanitário Estadual, criado em 1894, onde através dele os médicos higienistas concluíram que o contágio e propagação de doenças aconteciam em função do meio inadequado das habitações.

Em 1911 o engenheiro Victor da Silva Freire abordou²⁹ a importância da luz e do ar na salubridade das habitações operárias em São Paulo. O modo de construção dessas construções, no estilo geminadas era responsável pelas precárias condições de ventilação, fazendo assim com que muitas vezes o sol não incidia nas residências aumentando assim umidade dos locais, para resolver esses problemas foi necessário algumas medidas que se estendiam desde a rua até dentro das residências, como por exemplo, a Lei nº 1.596, de

²⁹ “Melhoramentos de São Paulo”. Victor da Silva Freire, Revista Politécnica, 1911.

29/12/1917³⁰, que reorganiza o Serviço sanitário do Estado, e segundo a lei fica a cargo do estado:

“Artigo 2.- O serviço sanitário a cargo do Estado compreende:

- 1.º - O estudo científico de todas as questões relativas á saúde pública;
- 2.º - O estudo da natureza, etiologia, tratamento ou profilaxia das moléstias transmissíveis que aparecerem ou se desenvolverem em qualquer ponto do Estado, bem como quaisquer pesquisas científicas que interessem á saúde pública;
- 3.º - O exame das condições mesológicas em geral e particularmente o seu interpretativo, no sentido da higiene geral 15.º - A difusão dos princípios gerais de higiene publica por meio da distribuição de exemplares das leis, regulamentos e instruções e quaisquer outras publicações de caráter oficial relativas a este objeto.” (BRASIL, Lei Nº 1.596, de 29 de dezembro de 1917.).

Desde o início da classe trabalhadora, o governo e elites sempre estiveram atentos às condições mínimas de sobrevivência para os trabalhadores, pois necessitava que os trabalhadores tivessem plena força e condições de trabalho, a elite precisa de que os trabalhadores tenham forças para realizar o trabalho duro, força para se locomover até o seu trabalho diário, a elite e o governo precisavam oferecer pelo menos o mínimo de assistência, ou seja, mesmo com todo esse descaso com a classe trabalhadora, as habitações operárias sempre tiveram certa atenção por parte das autoridades públicas, como nos mostra o arquiteto e historiador Carlos Alberto Cerqueira Lemos em 1989:

“Ao contrário dos cortiços, essas casas, com o passar do tempo, foram justificando benefícios fiscais destinados a incrementar a sua construção, pois a falta de habitações nunca deixou de preocupante, apesar desses incentivos e do sempre crescente número de obras novas” (LEMOS, 1989, P. 59).

Porém mesmo com essa preocupação, a solução para os problemas sanitários acaba se tornando algo difícil de pensar, pois a cidade de São Paulo não tinha se preparado para receber milhares de imigrantes que chegaram durante o final do século XIX e início do XX.

4. Considerações Finais

As habitações operárias nos faz refletir acerca de contexto histórico do cotidiano da cidade de São Paulo no início do século XX. A questão habitacional tem uma importante relação com a sociedade paulista, teve sua relevância levantada durante a Greve Geral de 1917, mobilização que entre as suas reivindicações estava a péssima condição das vidas

³⁰ BRASIL. Lei Nº 1.596, de 29/12/ 1917. Dispõe sobre a reorganização do Serviço sanitário do estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/65811>. Acesso em 14/08/2019.

desses operários e o local com o qual eles residiam junto com sua família.

Com essa pesquisa tentamos contribuir com a escassa historiografia sobre as habitações operárias, acrescentando com o conhecimento e análise das condições da classe trabalhadora e suas habitações. Para isso usamos o ano de 1917 como um guia para a nossa pesquisa, já que foi um ano de bastante movimentação da classe operária.

Um dos maiores desafios encontrados ao trabalhar com as “habitações operárias” é que estes agentes sociais – os trabalhadores – são condicionados como sujeitos anônimos, sem muita presença perante a sociedade em que ela se encontra inserida, sempre o principal objetivo da história dar voz, nomes e condições de sujeitos históricos, independentemente de sua classe social, cor, gênero, nacionalidade ou qualquer outra característica.

Como observado, a historiografia tem se preocupado com as condições mais gerais e práticas da existência da classe operária como, por exemplo, Eric Hobsbawn a nível global com seu livro “Os trabalhadores” (1981); Claudio H. Morais Batalha, com sua obra “O Movimento operário na Primeira República” (2000), a obra da historiadora Maria Auxiliadora Guzzo Decca “A vida fora das fábricas: Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934” (1987) e Boris Koval em “História do proletariado brasileiro” (1982) a nível nacional, obras que contribuem com estudos sobre a vida operária no Brasil, na qual esses autores quase sempre estão analisando a vidas dessas pessoas nas fábricas, quase sempre não se preocupando com as habitações da classe trabalhadora e suas características. Pois de um modo geral, a historiografia do mundo do trabalho até a década de 70/80 se preocupava com a organização dentro da fábrica, como era o cotidiano fabril, analisando características como o modo de exploração. Apenas a partir dos anos 80 no Brasil é que a historiografia e sociologia passaram a se ocupar com a vida fora das fábricas, analisando seus bairros, associações, festividades e outras características.

Sendo assim, este trabalho possui a responsabilidade e intuito de evidenciar o cotidiano social da classe trabalhadora e a relação desta classe com a sociedade paulista, desconstruindo a imagem de que o operário tinha a serventia apenas para o mundo fabril, que é um equívoco, pois os operários movimentavam a economia, possuíam uma demanda por lazer, e necessitavam que seus direitos fossem garantidos de alguma forma. Assim o operário paulistano acabou por ser um agente modelador da cidade de São Paulo e também do Brasil.

A sociedade operária foi exposta como sendo algo exclusivo do mundo das fábricas e indústrias, o trabalhador sendo apenas mais uma engrenagem, uma peça, isso se deve às medidas políticas que surgiram para tentar controlar ainda mais os operários como nos lembra Decca (1987):

“o cotidiano operário, em alguns de seus aspectos, foi visto, pensado, e como foram elaboradas soluções para os problemas operários. A maneira de como o operário e/ou pobre foram vistos na sociedade capitalista foi responsável, de certa forma, pela maneira com que os tratados pelos tipos de legislação, modos de administração e formas de políticas públicas e privadas que tão concretamente afetaram sua vida e condição” (Decca, 1987, p. 50).

Observando todas essas leis feitas para beneficiar os empresários, a classe trabalhadora começou a se organizar e criar uma identidade muito forte e bem estruturada, tentando resistir ao sistema capitalismo e a opressão por parte dos patrões, surgindo assim um novo mundo de manifestações culturais e políticas como observa Batalha (2000).

“Um extraordinário universo de manifestações culturais e associativas revelou-se durante a primeira república (...). Em ambos os casos, o público era fundamentalmente o mesmo: as classes trabalhadoras.” (BATALHA, 2000, p. 63).

Com esse novo mundo surgiu da união dos trabalhadores, através de sindicatos e associações de ajuda mútua, com uma grande influência de ideais libertários e com ajuda de periódicos independentes como, por exemplo, *A Plebe*, dando assim voz ao povo operário.

A classe trabalhadora sempre esteve em luta, em busca de melhorias para a sua vida, e devido a isso usamos o aspecto social cultura operários, como ferramenta para entender a relação e cotidiano dos operários com a sociedade e espaços públicos de São Paulo, além de analisar as políticas públicas, sempre visando às habitações dos trabalhadores e como estas eram vistas e criticadas pelos periódicos no ano de 1917. Para isso foi preciso no primeiro momento conceituar o que seriam as vilas operárias, para essa definição usamos Eva Blay (1985):

“A diferença essencial que distingue as vilas operárias reside no fato de que elas são propriedade das próprias indústrias empregadoras e se destinam basicamente ao uso da força de trabalho ligada à empresa. Originalmente estas vilas são construídas pelas próprias indústrias ou são compradas já prontas.” (BLAY, 1985, p. 11).

Após essa definição utilizamos as vilas como ferramenta que nos auxilia a entender o mundo operário, sendo que as vilas são um fenômeno social, cultural, econômico e político. Durante a pesquisa o objetivo geral foi analisar e investigar as críticas feitas por esses periódicos libertários e quais as soluções propostas para esse problema. Tendo como fonte de pesquisa o periódico “*A Plebe*”, não inviabilizando esporadicamente o uso de outros periódicos. Tivemos como apoio a obra da Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987), onde por mais que a sua pesquisa seja sobre anos posteriores, do que o recorte temporal desta pesquisa,

este fato não nos impede de construir um bom diálogo entre ambas as pesquisas.

No primeiro momento contextualizamos a vida da classe trabalhadora na primeira República, com isso evidenciamos que as demandas dos operários quase sempre giravam em torno de seus vencimentos e salários, e isso acaba por criar um conflito entre empregados e patrões. Conseguimos também evidenciar que as habitações operárias além de servirem como residências, elas também serviam como mais um modo do empresário reaver o seu dinheiro, se tornando assim um negócio capitalista de arrecadação de fundos. Neste contexto nos utilizamos como base o livro “Eu não tenho onde morar” (BLAY, 1985) onde com ele conseguimos entender melhor o sentido da moradia popular e a relação da casa com o operariado. Em seguida tratamos como era a vida operária, as longas jornadas de trabalho, à exploração de trabalho infantil, o descaso por conta do governo e a busca por direitos trabalhista, como direito e greve, salário justo e aumento de salário.

Já durante a segunda parte realizamos pesquisa documental descritiva, com a leitura do periódico *A Plebe*, sendo um periódico independente e libertário (Anarquista), se encontram mais informações sobre as críticas que se fazia sobre o governo e até mesma a vida operária e devido ao sua ideologia libertária apresentavam as reais condições das habitações operárias.

Através dessa investigação conseguimos perceber a diferença das vilas operárias, e toda a luta da classe trabalhadora por melhorias de vida, sempre em busca de aumento de seus salário, melhoria na qualidade dos gêneros de primeira necessidade, sendo esta uma pesquisa uma coleta de dados onde buscamos nos periódicos as notícia ou falas referentes ao cotidiano social dos trabalhadores e também sobre as suas habitações, onde construímos uma alinha temporal sobre as habitações operárias e também já buscamos soluções para os apontamentos feitos durante a pesquisa e realizados pelo periódico.

5. Fontes

Periódicos lidos (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP):

- A Plebe. São Paulo. Ed. Edgard Leuenroth. 1917-1920.

6. BIBLIOGRAFIA

- BATALHA**, Cláudio Henrique de Moraes. **O Movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 78p (Descobrimos o Brasil). ISBN 8571105413.
- BLAY**, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.
- BIONDI**, Luigi. **Entre Associações étnicas e de classe: os Processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)**. Tese de Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2002.
- BIONDI**, Luigi; **TOLEDO**, Edilene. **Uma revolta urbana: A greve geral de 1917 em São Paulo**. Fundação Perseu Abramo, 2018.
- BONDUKI**, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BRASIL**, Lei Nº 185, de 14 de janeiro de 1936. Dispõe sobre o salário mínimo. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 30 de julho de 2019.
- BRASIL**. Lei Nº 1.596, de 29 de dezembro de 1917. Dispõe sobre a reorganização do Serviço sanitário do. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/65811>. Acesso em 14/08/2019.
- CAMPOS**, Candido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: SENAC, 2002. 660 p. ISBN 857359254
- DECCA**, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**. São Paulo. Paz e Terra, 1986.
- DECCA**, Maria Auxiliadora Guzzo. **Indústria, Trabalho E Cotidiano: Brasil – 1889 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991. – (História em documentos).
- ENGELS**, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1988.
- FAUSTO**, Boris. **Imigração e Política em São Paulo**. Ed. Sumaré. São Paulo, 1995.
- FAUSTO**, Boris. **Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920**. 4º ed. São Paulo. Difel, 1986.
- FREIRE**, Victor da Silva. **Melhoramentos de São Paulo**. Revista Politécnica, São Paulo, v. 6, n. 33, 1911.
- FRANZINA**, Federico (org.) **História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil**. São Paulo. Edusp/FAPESP, 2010.
- GOMES**, Ângela M. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1988.
- HAHNER**, June Edith. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil - 1870/1920**.

Brasília, DF: EDUNB, 1993. 428 p. ISBN 8523003282.

HARDMAN, F. Francisco, **LEONARDI**, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

KHOURY, Yara M. **As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária**. São Paulo: Cortez, 1981.

LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa**: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo, Nobel, 1989.

LEMOS, Carlos A. C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo**: roteiro da libertação social. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta**: a greve anarquista de 1917. São Paulo. Annablume/Fapesp. 2000.

LOPREATO, Christina Roquette. **O (des)encontro do Brasil consigo mesmo**: ditos e escritos de Edgar Leuenroth. In: Verve, Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC: São Paulo, nº15, P. 201-221, 2009.

LOPREATO, Christina Roquette. **Sobre o pensamento libertário de Kropotkin**: indivíduo, liberdade, solidariedade. In: História & Perspectivas, Uberlândia, (27 e 28): pp. 557-572, 2003.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890 – 1920**. Ed. Paz e Terra S.A. Rio de Janeiro. 1979.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar : Brasil, 1890-1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 209 p. (Estudos brasileiros v. 90)

SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da Metrópole**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

TOLEDO, Edilene; **BIONDI**, Luigi. **Uma Revolta Urbana**. A greve geral de 1917 em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

VIANNA, Mônica Peixoto. **Habitação e modos de vida em vilas operárias**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2004.

7. Anexo

Anexo 1: Imagem antiga e imagens atuais da Vila Boyes. Esta vila foi construída com alvenaria de tijolos, com banheiro interno no térreo ao lado da cozinha, este modelo introduziu a caracterização dos sobradinhos.

Figura 9 – Imagem antiga da Vila Boyes, retirada do livro de Nabil Bonduki.



Imagem da Vila Boyes, retirada do livro “Origens da habitação social no Brasil”. (Nabil Bonduki, P. 63, 2004.)

Figura 10 – Vila Boyes em 2019.



Imagem da Vila Boyes, retirada do Google Maps. (Roque Lemos, 2019.)

Figura 11 – Fotografia frontal da Vila Boyes em 2019.



Imagem da Vila Boyes, retirada do Google Maps. (Roque Lemos, 2019.)

Figura 12 – Vila Boyes em 2019.



Imagem da Vila Boyes, retirada do Google Maps. (Roque Lemos, 2019.)